

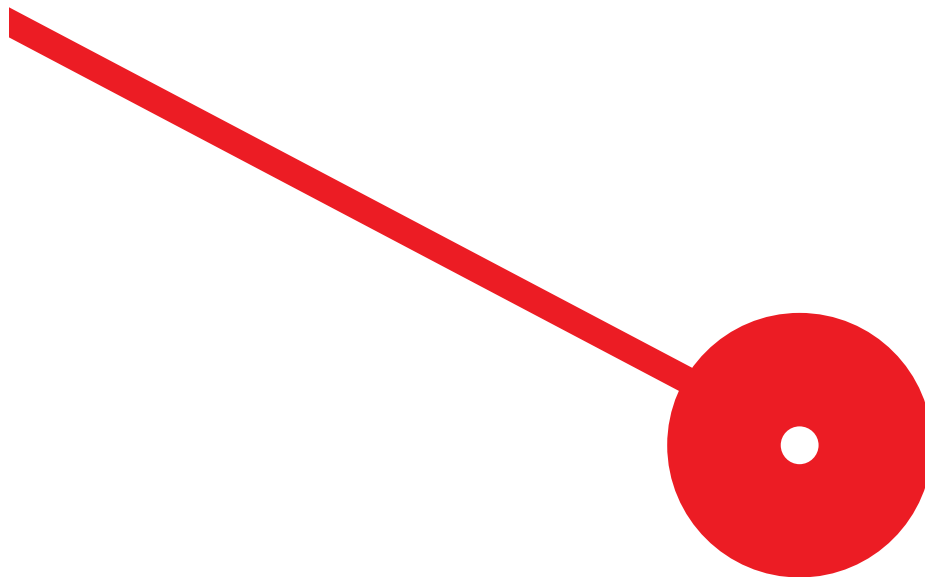
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Escrituração Contábil na Igreja Católica: um
estudo de caso na Diocese de Cuiabá-Mato
Grosso
Mércia Maria Castro

10/2019



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Escrituração Contábil na Igreja Católica: um estudo de caso na Diocese de Cuiabá-Mato Grosso

Mércia Maria Castro

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora
Doutora Ana Maria Alves Bandeira**

“Se este meu incompleto trabalho despertar alguma habil penna, e assim a mocidade poder adquerir as precisas luzes na arte de escripturação mercantil por partidas dobradas, julgarei compensados os esforços que empreguei para ser util à Pátria.”

José Antonio Gomes Junior (1858)

Dedicatória

Aos meus ancestrais e eternos avós maternos.

(in memoriam)

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e saúde plena. Aos meus familiares que, indiretamente, me apoiaram nos momentos pessoais difíceis que passei durante o período do mestrado, em especial, quanto aos cuidados com a minha filha Lívia, a pessoa mais atingida pelos “efeitos colaterais” causados pelo mestrado.

Ao Prof. José Bispo Barbosa (Reitor 2010-2018) pela iniciativa em celebrar o convênio celebrado entre o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) do Instituto Politécnico do Porto, através do qual nos possibilitou a participar dessa construtiva experiência internacional de imensurável valor pessoal.

À Professora Doutora Ana Maria Bandeira pela dedicação à docência na disciplina história da contabilidade, cujo entusiasmo despertou em mim o interesse em desbravar a história contábil em meu país, em especial em Mato Grosso, estado em que vivo e tanto amo viver. Pelo aceite do desafio em ser a orientadora desse trabalho à distância. Pela confiança depositada, além da paciência e atenção. A toda equipe docente do ISCAP que aceitou o desafio de concretizar esse mestrado à distância.

Ao Pe. Felisberto Samoel da Cruz que além de me receber com todo amor carinho fraternal, disponibilizou-me, sem limites, os arquivos da Arquidiocese de Cuiabá. Esse sentimento de gratidão expando aos colaboradores da Arquidiocese.

Ao presidente da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis, Sr. Ivan Echeverria, que além de abrir as portas da academia e disponibilizou-me o acervo literário para a realização da investigação e abriu-me seu coração expondo todo seu amor pela Ciência Contábil.

Aos meu colegas do mestrado que juntos dividimos as descobertas, expectativas, alegrias, dúvidas, despesas e angústias oriundas durante o curso.

Um especial muito obrigada aos verdadeiros amigos e amigas do IFMT que torceram e em vários momentos me ajudaram a recarregar as forças que insistiam em se esvaír através do cansaço mental.

A TODOS, meus sinceros CUMPRIMENTOS e MUITO OBRIGADA!!!

Resumo:

A Igreja Católica era referência no cenário intelectual e tal fato a transformou na principal “*influencer*” medieval, pois em meio a uma população iletrada e sendo a detentora de conhecimento, a opinião clerical influenciava não só em vários aspectos dos iletrados, mas também nas decisões dos grandes proprietários de terra e dos reis. O método das partidas dobradas é o alicerce da doutrina contabilística e tornou-se universal após a publicação, em 1494, da obra - “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni e Proportionalita*” - escrita pelo Frei Luca Pacioli. Ao correlacionar a importância da Igreja com o fato do autor da obra em questão ter sido um frade, presume-se que a utilização das partidas dobradas nas instituições eclesásticas cristãs era inevitável.

Neste sentido, este trabalho tem como principal objetivo analisar o processo de organização contábil na Diocese de Cuiabá, no período de 1876 a 1889, de modo a aferir o método de escrituração aplicado. Para se atingir o propósito, utilizar-se-á uma metodologia qualitativa-descritiva-interpretativa, com recurso a um estudo de caso, no acervo documental existente nos arquivos da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC), no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e nas fontes digitalizadas e disponíveis no *site Center for Research Libraries (CRL)*.

A Diocese investigada se elevou em 1910 à categoria Arquidiocese, a qual é a autoridade máxima eclesial cristã no estado de Mato Grosso. Conclui-se que em decorrência do Padroado Régio e “Padroado Civil”, a Igreja perdeu sua influência intelectual, tornando-se um mero departamento da administração imperial. No período estudado não se encontrou uma organização contabilista propriamente dita. Havia um pseudo controle informação dos recursos, isto é, o que deveria ser “contabilidade” nada mais era do que um conjunto esparsos de correspondências manuais trocadas entre os poderes temporais e eclesiais com cunho meramente informativo sobre a situação dos recursos financeiros que o Estado provia a Igreja e toda a sua estrutura. Portanto, não há indícios nem provas documentais que a Diocese de Cuiabá escriturava seus bens, receitas ou despesas pelo método das partidas dobradas.

Palavras chave: Escrituração Contábil, Partidas Dobradas, Igreja Católica, Diocese de Cuiabá, Mato Grosso.

Abstract:

The Catholic Church was a reference in the intellectual scene and this fact made it the main medieval "influencer", because in the midst of an illiterate population and being the holder of knowledge, clerical opinion influenced not only various aspects of the illiterate, but also decisions of the great landowners and kings. The double-match method is the foundation of the accounting doctrine and became universal after the publication in 1494 of the work "Summa of Arithmetic, Geometry, Proportioni and Proportionalita" - written by Friar Luca Pacioli. In correlating the importance of the Church with the fact that the writer of the work in question was a friar, it is assumed that the use of double departures in Christian ecclesiastical institutions was inevitable.

In this sense, this paper has as its main objective to analyze the process of accounting organization in the Diocese of Cuiabá, from 1876 to 1889, in order to assess the applied bookkeeping method. To achieve the purpose, a qualitative-descriptive-interpretative methodology will be used, using a case study, in the documentary archive existing in the archives of the Cuiabá Metropolitan Curia (ACMC), in the Public Archive of Mato Grosso (APMT).) and in digitized sources available on the Center for Research Libraries (CRL) website.

The investigated diocese was elevated in 1910 to the category Archdiocese, which is the highest ecclesial Christian authority in the state of Mato Grosso. It follows that as a result of the Royal Padroado and the "Civil Padroado", the Church lost its intellectual influence, becoming a mere department of imperial administration. During the period studied there was no proper accounting organization. There was a pseudo-control of resource information, that is, what should be "accounting" was nothing more than a sparse set of manual correspondences exchanged between temporal and ecclesial powers merely for information on the state of financial resources provided by the state. the church and all its structure. Therefore, there is no evidence or documentary evidence that the Diocese of Cuiabá recorded its assets, revenues or expenses by the double-entry method.

Key words: Bookkeeping, Folded Departures, Catholic Church, Diocese of Cuiabá, Mato Grosso.

Índice Geral

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice geral.....	ix
Índice de figuras.....	xi
Índice de tabelas.....	xii
Lista de abreviaturas.....	xiii
Capítulo - Introdução.....	1
Enquadramento e justificação do tema.....	2
Objetivos e questões de investigação.....	4
Metodologia de investigação.....	5
Estrutura do Trabalho.....	6
Capítulo I - Revisão de Literatura.....	10
1.1 Contextualização.....	10
1.1.1 Propósitos para investigações em história da contabilidade.....	12
1.1.2 Novas tendências para pesquisas em história da Contabilidade.....	13
1.1.3 História da contabilidade: história tradicional & nova história.....	14
1.1.4 Áreas de Investigações da contabilidade.....	17
1.1.5 Interligação entre religião e a contabilidade.....	19
1.1.6 A literatura contábil e as instituições religiosas.....	20
1.2 O método das partidas dobradas.....	22
1.2.1 Escrituração & escrituração contábil.....	23
1.2.2 Escrituração por partida simples.....	25
1.2.3 Escrituração por partidas dobradas.....	26
1.3 Frei Luca Bartolomeo Pacioli.....	30
1.3.1 Ambiente sócio-político, econômico e cultural na Itália.....	30
1.3.2 Brve Biografia de Luca Bartolomeo Pacioli.....	31

1.3.3 " <i>Summa de Arithmetica, Geometria, Proportione et Proportionalitá</i> "	35
1.4 Inserção do método das partidas dobradas em Portugal.....	37
1.5 O método da partidas dobradas no Brasil.....	38
1.5.1 Escrituração por partidas dobradas em Mato Grosso.....	44
Capítulo II - Estudo empírico: estudo de caso na Diocese de Cuiabá.....	51
2.1 Fundamentação dos objetivos de investigação.....	52
2.1.1 Metodologia de investigação.....	54
2.1.2 Fontes de Arquivo	55
2.1.3 Enquadramento teórico.....	56
2.2 Estrutura hierárquica institucional eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana.....	57
2.2.1 Contextualização histórica da expansão eclesial no Brasil	59
2.2.2 A Igreja Católica em Mato Grosso.....	63
2.3 Caracterização da Diocese de Cuiabá: de capela à arquidiocese de Cuiabá.....	66
2.3.1 Estudo empírico da organização contabilística da Diocese de Cuiabá.....	72
2.3.1.1 O contexto social, econômico e político no século XIX.....	73
2.3.1.2 Análise interpretativa da escrituração contabilística da Diocese de Cuiabá.....	75
Capítulo III - Considerações Finais.....	80
3.1 Principais Conclusões.....	81
3.2 Contribuições do estudo.....	84
3.3 Limitações do estudo.....	84
Referências Bibliográficas.....	86

Índice de Figuras

Figura 1: Representação iconográfica de toda a Família Real Portuguesa embarcando para o Brasil em 1807.....	40
Figura 2: Organograma da Autoridade eclesiástica da doutrina Católica Apostólica Romana	57
Figura 3: Organograma da Câmara de Cuiabá no século XVII.	62
Figura 4: Imagem do Bom Senhor Jesus trazida pelos bandeirantes.....	63
Figura 5: Imagem do Edifício da Arquidiocese.....	71
Figura 6: Ofício do Palácio do Governo da Província destinado ao vigário da Villa de Poconé.....	75
Figura 7: Comunicado do Bispo ao Thesoureiro da Província destinado.....	76

Índice de Tabelas

Tabela 1: Rol de autores e o ano em que apontaram lacunas quanto a temática história da contabilidade em corpos eclesiásticos.....	21
Tabela 2: Autor e os livros de registros que eram escriturados pelas partidas dobradas.....	29
Tabela 3: Locais e período em que Paciolo exerceu o magistério.....	33
Tabela 4: Obras de autoria de Luca Pacioli.....	34
Tabela 5: Nível de Categoria de uma instituição eclesiástica cristã.....	58
Tabela 6: Paróquias erigidas na primeira metade do século XVI.....	61
Tabela 7: Relação das Prelazias e Dioceses brasileiras (1500 a 1822).....	68

Lista de abreviaturas

AAAJ – *Accounting, Auditing & Accountability Journal*

ACMC - Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá

CRL - *Center for Research Libraries*

APMT - Arquivo Público de Mato Grosso

APOTEC - Centro de Estudos de História da Contabilidade da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade

Cân. - Cânon

D. - Dom

EPD - Escrituração por Partidas Dobradas

EPS - Escrituração por Partida Simples

EUA - Estados Unidos da América

ISCAP - Instituto Politécnico do Porto,

HCT - História da Contabilidade Tradicional

MPD - Método das Partidas Dobradas

MT - Mato Grosso

NHC - Nova História da Contabilidade

PD Partida Dobrada

PS Partida Simples

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

Neste capítulo é feita a apresentação sucinta e integral da investigação realizada. Assim, evidencia-se o enquadramento e a justificação do tema, os objetivos e a questão principal que serão objeto de realização do estudo, bem como a metodologia de investigação aplicada e a estrutura que se edificou a pesquisa.

Enquadramento e justificação do tema

A Ciência Contábil que hoje conhecemos é genuína e amplamente explicada por teorias de caráter científico, todavia a pedra fundamental que alicerçou essa doutrina contabilística é uma técnica de escrituração milenar que aprimorou-se ao longo dos séculos e culminou num sistema completo de escrituração, cuja base desse sistema é o método das partidas dobradas. (Iudicibus *et al.*, 2005: p.1) A assimilação das principais fundamentações práticas e teóricas que alicerçam os procedimentos contábeis hodiernos é assistida pela real compreensão do passado da Contabilidade, por isso, conhecê-lo é tão significativo quanto apreender o seu presente (Schmidt, 2000).

Foi o homem primitivo que, com o objetivo de guardar memória sobre o acontecido com as suas utilidades, despontou, rudimentarmente, o pensamento contábil. Os desenhos de objetos e seres, nas cavernas, remetem ao ato de registrar e esse fato demonstra quão remoto é o pensamento contábil (Sá, 1994). Diante desses indicadores, é incontestável que, o pensamento contabilístico rudimentar estava embasado no ato de escriturar os fatos/acontecimentos e é tão antigo quanto a humanidade, ou seja, ainda que os conhecimentos da matemática, das letras e dos negócios fossem muito limitados, tais indícios já demonstravam que era a Contabilidade na pré história (Sá, 1997).

Nas eras antigas, este sistema prático de escriturar eram sinônimos de contabilidade e até atingir o patamar de Ciência Contábil percorreu longos caminhos. Segundo Iudicibus *et al.* (2005) o seu avanço estava diretamente associado ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações, pois à medida que se otimizavam as sociedades rupestres, estas proporcionalmente aprimoravam-se, o que fazia surgir a necessidade premente de desenvolver técnicas práticas que pudessem suprir aos anseios dos agentes econômicos das civilizações (comerciantes, banqueiros, etc.).

A prática de controlar o que se tinha (bens/ativos) era comum desde os tempos bíblicos, pois segundo Lima (2010) em algumas passagens bíblicas pode-se constatar relatos que

referenciam ao controle contábil. Dessa forma vê-se quão antiga e importante é a arte de escriturar as contas, mas também os agentes que as operacionalizavam, cada qual em sua época, pois de certo modo proporcionaram a inserção desse pensamento contábil no *modo vivendis* diário da sociedade. Dentre tantos agentes destaca-se o Frei Luca Pacioli que, dentre outras qualificações, era um mestre dos cálculos e antes mesmo de se tornar um frade franciscano já exercia o magistério com a dedicação de um apóstolo. O magistério, somados ao prestígio da Ordem de São Francisco e a respeitabilidade do hábito, consolidou-o como escritor.

Dentre as obras que produziu, a que foi intitulada -“*Summa de Aritimetica, Geometria, Proportioni e Proportionalita*” - para o ambiente contábil é um ícone, pois esta foi a 1º obra que expôs, pela primeira vez, o Método das Partidas Dobradas (MPD), em forma de livro impresso. Esta publicação foi o fato gerador da universalização deste método que se utiliza até aos dias atuais que, além de imortalizar a memória do frei, o caracterizou como divulgador-*mor* do MPD e isto sempre lhe renderá reverências e honrarias pelos contabilistas (Valle & Aloe, 1966). O contexto entorno do MPD fez-me reluzir o viés religioso na contabilidade e, Carmona e Ezzamel (2006) afirmam ter surgido vários estudos sobre religião e contabilidade, no entanto, os números explicavam que o quantitativo produzido ainda se mantinham numa fase embrionária, fato que também despertou um grande interesse na investigação deste tema.

Ainda que Carmona e Ezzamel (2006) haviam sugerido temas relacionados a importância de influências sociopolíticas e religiosas, somados ao que Boyns e Edwards (2007) citaram - “*a existência de recursos arquivísticos que permanecem em grande parte inexplorados*” (pp.969-1034) – , através de seu estudo sobre a investigação em história da Contabilidade em Portugal, Faria (2008) havia concluído que embora tenha havido um crescimento nesta linha de pesquisa, “*ainda há uma notória falta de investigação em áreas relacionadas da contabilidade dos corpos eclesiásticos e ordens religiosas*” (p. 373). Devido as limitações encontradas na literatura brasileira quanto a esta temática, há ínfimos estudos relacionados a estas áreas, apesar de também possuir uma história riquíssima e inúmeras instituições eclesiásticas. Sendo assim, o presente estudo convergiu-se para a riquíssima história do Brasil, na qual há inúmeros objetos de pesquisas à espera de serem investigados, em especial, em instituições religiosas cristãs, as quais sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, desde os primórdios da formação da nação.

A Igreja Católica tem relevante importância tanto na consolidação do novo território americano quanto no processo da colonização brasileira. A presença da Igreja foi peça

integrante da povoação do novo continente, tendo como resultado uma participação direta na formação da sociedade colonial. A formação da sociedade cuiabana não foi diferente das demais do Brasil-Colônia, a Igreja Católica também teve participação ativa e direta na formação do povoamento cuiabano, pois instalou-se antes mesmo do poder civil metropolitano (Corbalan, 2006).

Tendo em vista que, em 2019, a 1ª edição impressa e publicada da obra do frei Luca Pacioli: “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni e Proportionalita*”, celebrará a sua 21ª “bodas de prata”, ou seja, completará 525 anos e somados aos seguintes fatos: (i) a cidade de Cuiabá está inserida num ambiente comemorativo devido esta celebrar 300 anos de sua fundação; (ii) da relevante importância da Diocese de Cuiabá na formação da sociedade cuiabana; e (iii) a irrisória estatística de trabalhos acadêmicos no âmbito administrativo das instituições eclesiais brasileiras – estas -, foram as principais razões que justificaram o estímulo em investigar sobre o MPD com enfoque numa instituição eclesial cristã, tendo em vista que, na história da humanidade um dos principais detentores do conhecimento foram os religiosos.

Dessa premissa sobreveio a opção em investigar uma instituição religiosa cristã, pois se o divulgador-*mor* do MPD era um frade religioso cristão, presumivelmente, tal fato induz a idéia de que o MPD, certamente, era utilizado nos registros contábeis das igrejas cristãs. Para tal focalizou-se na abordagem contabilidade e religião, na circunscrição do âmbito administrativo contábil, envolvendo as seguintes temáticas: escrituração contábil, adoção do método das partidas dobradas e instituição eclesial cristã.

Objetivos e questões de investigação

O objetivo geral é conhecer a forma de escrituração contábil de uma instituição eclesial cristã no Estado de Mato Grosso (MT) do Brasil, no período temporal de 1826 a 1889. O objetivo principal é identificar se a escrituração contábil da Diocese de Cuiabá era pelo método das partidas dobradas. Para fins de obter respostas a pretensão proposta, esta investigação nortear-se-á pelos seguintes objetivos específicos:

O1: Conhecer qual o tipo de organização contábil da Diocese de Cuiabá no período de 1826 à 1889

O2: Identificar quais foram as principais motivações para a implementação do método das partidas dobradas

Em face das respostas dos objetivos identificados, o estudo tem como objetivo responder à seguinte questão principal:

- Analisar o processo de organização contábil na Diocese de Cuiabá, no período de 1826 a 1889, de modo a aferir qual o método de escrituração era aplicado.

Metodologia de investigação

A presente investigação baseia-se num estudo de caso e consiste na análise empírica da escrituração contabilística de uma instituição eclesial cristã. Para tal será ilustrado o contexto dos acontecimentos em que a escrituração contábil estava inserida, enquadrando-a na perspectiva teórica da “Nova História da Contabilidade”. Tendo em vista que a contabilidade possui raízes profundas no ambiente social e na força exercida pelas instituições locais, tais fatos desmistificam a visão de superioridade de um método sobre outro. Nesse sentido, delineou-se uma metodologia de investigação mista, isto é, o estudo de caso foi subsidiado tanto pela metodologia documental quanto bibliográfica.

Para análise da amostra documental existente, será adotado a abordagem de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo, pois buscou-se produzir informações que correspondessem ao vínculo dos fenômenos que não podem ser traduzidos em números. É uma pesquisa exploratória-descritiva, pois tem a finalidade de expor e familiarizar o problema, além de

revelar o comportamento do fenômeno embasado numa compreensão holística do objeto de pesquisa.

Para realização deste estudo recorreu-se às fontes primárias que além de estarem salvaguardadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá¹(ACMC), elas também estão microfilmadas em CD's e disponíveis a quaisquer interessado. Além dessas recorreu-se também aos que estão sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e as fontes microfilmadas e disponibilizadas no *site*, de livre acesso, denominado *Center for Research Libraries* (CRL). Subsidiando as análises das fontes primárias, remeteu-se às fontes secundárias provenientes de uma revisão bibliográfica de livros, periódicos, dissertações de mestrados, teses de doutorados e *ebooks*. Devido os manuscritos analisados serem do final do século XIX, a transcrição dos mesmos foi realizada em sua íntegra, isto é, não havendo nenhuma interferência na ortografia e nem na pontuação, com a finalidade de intensificar o momento histórico.

Devido o objeto de estudo ser numa instituição com extrema relevância histórica na formação da sociedade cuiabana, pretende-se com o resultado contribuir com o conhecimento de ambos ambientes matogrossenses: o contábil e o eclesiástico. Na área contábil, essencialmente, para eclodir visibilidade a disciplina história da contabilidade, bem como despertar o interesse àqueles que a desconhecem, tendo em vista que a inclusão dessa disciplina na matriz curricular do curso Ciências Contábeis, além de recente é optativa. Na área eclesiástica, tem-se a pretensão de despontar novos estudos que envolvem a contabilidade e religião, além de também poder crescer com o conhecimento da vida eclesiástica

Estrutura do Trabalho

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos principais, constituídos e expostos de uma forma coesa para fins de ofertar uma leitura compreensível e agradável ao usuário.

Na introdução dispôs-se uma visão geral da investigação, evidenciando a justificativa e pertinência do tema, isto é, teve-se a pretensão de arrolar, sucintamente, as razões que

¹ Cúria Metropolitana de Cuiabá ou Arquidiocese de Cuiabá – atual Sede Metropolitana de Cuiabá, a qual nos primórdios de sua história era designada Diocese de Cuiabá.

impulsionaram e direcionaram o presente estudo para o viés eclesiástico, com o intuito de obter conhecimento relacionado ao método das partidas dobradas numa instituição eclesiástica em Cuiabá no período de 1826 à 1889. Para isso, elucidou o objetivo geral, os específicos, o período de análise e a metodologia adotada para que fosse possível alcançar o propósito do estudo e, por último, faz-se uma referência à estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo é dedicado a revisão de literatura que faz referências sobre as investigações em história da contabilidade e do pensamento contabilístico, sendo subdivido em cinco subseções. Na primeira sub-seção será apresentado os propósitos, as novas tendências dessa temática, a concepção da história da contabilidade tradicional e da nova história, as diferentes áreas de investigação para a história da contabilidade. Em seguida se adentra ao viés que interliga a religião e a contabilidade, finalizando com os apontamentos de diversos autores sobre as lacunas existentes aos estudos produzidos sobre essas duas temáticas.

Na segunda sub-seção foram versados temas que englobam sobre o MPD. Será elucidado, de uma forma geral, o conhecimento relacionado ao processo de escrituração, apresentando, teoricamente, as partidas simples e dobradas, no entanto, sem adentrar nas minúcias das mesmas. Na terceira sub-seção será traçado em linhas gerais a minibiografia do divulgador-*mor* do método das partidas dobradas: o Frei Luca Pacioli e a sua obra “*Summa*”. Na quarta sub-seção será versado acerca da inserção das partidas dobradas em Portugal, tendo em vista que foi a partir deste que este método universal chegou no Brasil. Por fim, na quinta e última sub-seção do primeiro capítulo, será elucidado a trajetória do MPD desde a sua chegada no Brasil até a cidade de Cuiabá e mais especificamente, na instituição eclesiástica em estudo: a Diocese de Cuiabá.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo empírico da instituição eclesiástica Diocese de Cuiabá de Mato Grosso, no qual realizar-se-á a análise empírica e interpretação da organização contabilística da mesma em conformidade com os objetivos específicos traçados. Dessa forma o capítulo foi dividido em duas seções. A primeira seção contém a descrição da metodologia de investigação utilizada. Subdivide-se em três subseções para fins de expor, de uma forma coesa, os caminhos delineados a serem percorridos para que seja possível responder aos objetivos específicos e assim atingir o objetivo principal do estudo. Inicia-se com a apresentação da fundamentação dos objetivos específicos de investigação, o enquadramento metodológico e os métodos de investigação utilizados, bem como a forma de coleta de dados e o enquadramento teórico da análise dos dados.

Na segunda seção realizar-se-á está o estudo empírico da organização contábil da Diocese de Cuiabá, compreendido no período de 1826 a 1889. De forma a atingir o objetivo proposto, a seção possui quatro subseções. Na primeira contextualiza-se, historicamente, a expansão eclesial e seu papel efetivo junto a população e a administração imperial. Em seguida, apresenta-se a forma como se germina uma instituição eclesial católica apostólica, a sua estrutura e hierarquia. Logo após, expõem-se a caracterização da Diocese de Cuiabá e por último, dá-se a conhecer e a analisar de forma interpretativa a organização contabilística da instituição, bem como o resultado encontrado.

Por último, o terceiro capítulo - as considerações finais -, expõem-se as principais conclusões advindas do estudo empírico, bem como as contribuições e as limitações encontradas no transcorrer do mesmo, além de recomendar caminhos e apontar outros objetos passíveis de investigações futuras.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

O primeiro capítulo compreende a revisão da literatura acerca do método das partidas dobradas. Para fins de subsidiar a temática da investigação e os objetivos delineados, foi estruturada num enquadramento teórico sequencial, aludindo os conceitos e aspectos particulares. O capítulo subdivide-se em cinco subseções. Primeiramente, há contextualização acerca da técnica milenar de escriturar, cuja prática evoluiu tornando-se uma Ciência, com propósitos, tendências e áreas de investigação que abordam a religião e contabilidade. Em seguida, aprofunda-se o conhecimento sobre a prática contábil que é o método das partidas dobradas, evidenciando historicamente e sequencialmente, a metamorfose da escrituração até o método em si, o agente divulgador e sua obra, a sua inserção do método em Portugal e no Brasil.

1.1 Contextualização

A Ciência Contábil que se conhece hoje, genuína e amplamente explicada por teorias de caráter científico, procede de uma técnica de escrituração milenar. Esta técnica, aprimorou-se ao longo dos séculos e transformou-se num sistema completo de escrituração, tendo como base desse sistema o MPD, o qual alicerçou a doutrina contabilística (Iudicibus *et al.*, 2005).

A prática contábil antecedeu aos estudos acadêmicos e por ter surgido das demandas e anseios dos agentes que a operavam em sociedade, estabeleceu-se, inicialmente, como uma disciplina das Ciências Sociais (Lopes & Martins, 2013). Conotativamente, a “Pedra Fundamental” que iniciou, efetivamente, a edificação da Ciência Contábil, bem como da doutrina contabilística, é representada pela impressão e publicação, em 1494, da 1ª edição da obra intitulada “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni e Proportionalita*”², na cidade de Veneza (Itália) de autoria do Frei Luca Pacioli. É assim equiparado, mesmo que indiretamente, devido esta ter sido uma obra para ensinar cálculos e não contabilidade e ainda assim o frei referenciou em um de seus capítulos o MPD que, ao longo dos anos se universalizou e se utiliza até os dias atuais.

² Título em português: Súmula de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade. Teve duas edições, a primeira em 1494 e a segunda em 1523 (Sá, 2006).

A operação básica e essencial dessa doutrina contabilística é o ato de registrar, cujos indícios deste encontram-se desde o homem primitivo. Nos primórdios da humanidade a racionalidade despontou de forma rudimentar, com o objetivo principal de guardar memória sobre o acontecido com os pertences, pois os desenhos de objetos e seres encontrados nas cavernas são fatos que remetem ao ato de registrar e tal fato evidenciou quão antiga e remota é a contabilidade (Sá, 1997).

Das sociedades rupestres até a edição da “*Summa*” a escrituração das contas percorreu longos caminhos, paralelamente e concomitantemente, com o progresso das civilizações. Desenvolveu-se e evoluiu à medida que àquelas se otimizaram em detrimento ao ambiente social, institucional e comercial das mesmas (sociedades/cidades/nações). Aquelas circunstâncias indicavam a necessidade premente de desenvolver práticas técnicas que pudessem suprir aos anseios dos agentes econômicos em atividade (comerciantes, banqueiros etc) e este sistema prático de escriturar as contas “*era a resposta às necessidades práticas dada pela criatividade do ser humano em desenvolver técnicas para resolver problemas reais*” que, nas eras antigas, eram sinônimos de contabilidade (Iudicibus *et al.*, 2005: p.1).

Nesse cenário vê-se quão antiga e importante é a arte de escriturar as contas, bem como o mérito dos agentes que as operacionalizaram, cada qual em sua época, pois, de certo modo, proporcionaram a inserção do pensamento contábil no *modo vivendis* diário da sociedade. Dentre tantos, o ambiente contábil sempre evidenciou e rendeu honrarias ao memorável divulgador *mor* Luca Pacioli, em decorrência da impressão e publicação de sua “*Summa*” (Valle & Aloe, 1966), a qual, em 2019, celebrará o seu vigésimo primeiro “jubileu de prata”, ou seja, completará 525 anos de publicação (1494-2019).

Dessa forma, conhecer o passado da Contabilidade é tão significativo quanto apreender o seu presente, pois para compreender as principais fundamentações práticas e teóricas que alicerçaram os procedimentos contábeis hodiernos é relevante inteirar-se do desenvolvimento do pensamento contábil através do estudo da história da contabilidade (Shimidt;2000), “*além de ser a afirmação de uma pretensão a um corpo distinto de conhecimento, que pode ser ensinado a candidatos aspirantes à profissão*” (Carnegie & Napier, 1996: pp.7-39).

1.1.1 Propósitos para investigações em história da contabilidade

A contabilidade é derivada de uma prática humana e baseada na interação desta. A importância de se ter a compreensão histórica da contabilidade é alicerçada ao fato dela propiciar uma estrutura capaz de suprir informações que subsidiem avaliações referentes aos impactos sobre organizações, indivíduos e sociedade, através da unificação do passado com o presente e futuro (Carnegie & Napier, 2012). Três propósitos foram expostos que, segundo Carnegie e Napier (1996), fundamentaram os motivos que levaram aos estudos sobre o passado da Contabilidade, seja ela como atividade genérica ou como uma prática técnica específica, como o MPD. Inicialmente, os precursores recorreram às origens históricas da contabilidade com o intuito de recharçar os propósitos de revelar, promover e convencer o valor e a relevância de seus métodos, além de clamarem às autoridades para a efetivação do exercício da prática contábil (Gomes, 2008).

Atingidos os propósitos anteriores, os agentes pertencentes às associações profissionais de contabilidade, também invocaram a história contábil para não somente demonstrar que a contabilidade era além de uma mera prática técnica, mas também para justificar o *status* de seus praticantes, pois *“reforçariam a idéia de que os contadores tinham raízes e que não eram o subproduto acidental do capitalismo industrial”* (Faria, 2006, p. 190), bem como evidenciariam, no entendimento de Carnegie e Napier (1996) que, um dos principais elementos da história da contabilidade *“se não era para provar, conclusivamente, que esta tem “parentesco e linhagem”, pelo menos, presumivelmente, estabeleceriam respeitabilidade a contabilidade”* (p. 9), ou seja, reivindicavam a autoridade secular da prática contabilística.

O terceiro propósito que invocou o passado da Contabilidade foi para justificar o enquadramento da contabilidade na categoria de disciplina universitária, legitimando-a enquanto disciplina universitária (Gomes, 2008) e alicerçados nesses pressupostos, no final do século XIX e início do XX, especificamente nos EUA, boa parte dos manuais de Contabilidade passaram a incluir uma introdução histórica da contabilidade (Faria, 2006). Dessa forma, ao longo do século, o relativo sucesso como disciplina acadêmica propiciou que as universidades de renome instituíssem programas de pesquisa em contabilidade, levando-a ao *status* de ciência, a qual passou a usufruir das prerrogativas referentes a esse novo patamar (Lopes & Martins, 2013).

Após considerável número de trabalhos e de publicações, nos últimos anos a disciplina História da Contabilidade alcançou seu auge, experimentando o legitimado reconhecimento no campo do saber das disciplinas históricas em geral e passaram a constituir objetos temáticos das principais revistas internacionais de Contabilidade, tais como descreve Faria (2006: p. 188): *Accounting, Auditing and Accountability Journal* (Austrália), *Critical Perspectives on Accounting* (E.U.A), *Accounting, Organisations and Society* (Reino Unido), *Accounting Business and Financial History* (Reino Unido), *Accounting History* (Australia), *Accounting Historians Journal* (1ª revista dedicada, exclusivamente, à História da Contabilidade), *Academy of Accounting Historians* (defensor da História Tradicional), *Revista Española de Historia de la Contabilidad* (Espanha), *Revista de Contabilidade e Comércio*, *Jornal de Contabilidade*, *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, a entidade denominada Centro de Estudos de História da Contabilidade da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC) - (Portugal), além do Congresso Mundial de Historiadores de Contabilidade (se realiza de quatro em quatro anos).

No Brasil, Schmidt e Gass (2018) ressaltam que embora não há nenhuma revista que se dedique exclusivamente à publicação de artigos de história de contabilidade, há alguns pesquisadores que publicam nessa área, como é o caso de Peleias *et al.* (2003), Ricardino Filho e Martins (2003), Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), Miranda *et al.* (2013), Schmidt e Santos (2017), Silva (2017) e dentre outros.

1.1.2 Novas tendências para pesquisas em história da contabilidade

Pesquisas em história da Contabilidade, ao longo de muitas décadas, foram motivadas pelo desejo de documentar e explicar a relevante importância da técnica contábil, além do reconhecimento da profissão e da disciplina acadêmica, que embasados na concepção de que a contabilidade era um fenômeno estático e puramente técnico, objetivavam explicar a contabilidade apenas através de razões econômicas Faria (2006, p.187). Para Gomes (2008) os estudos eram com “*abordagem de índole “utilitarista”, em que o passado da Contabilidade passou a ser encarado como uma potencial fonte de soluções para os problemas contemporâneos*” (pp.479-509), ou seja, enfatizava a dimensão técnica da contabilidade e evidenciava que o seu papel nas organizações e na sociedade era um conjunto de técnicas e/ou

procedimentos que tinham apenas a finalidade de suprir requisitos informativos para fundamentar determinadas tomadas de decisões.

Todavia, Barros (2011) argumenta que as pesquisas na área da história, nos últimos anos, têm tornado mais complexas, tendo em vista que o conhecimento científico tem buscado mais especialidades nos processos de pesquisa, com isso resultou numa evolução nas pesquisas históricas. Para Burke (1992), essa evolução direcionou para uma mudança de foco das pesquisas históricas, isto é, os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado objetivando escolher novos objetos de pesquisa, pois antes a história explicada era baseada em grandes homens, líderes mundiais, documentos oficiais e nessa mudança de foco tiveram de buscar novos tipos de fontes e suplementar os documentos oficiais, visando toda a atividade humana.

Para Schmidt e Gass (2018) tal fato também repercutiu, diretamente, no próprio estudo da história da contabilidade e segundo Napier (2006a) para muitos estudiosos a forma de realizar pesquisa em história da contabilidade pela abordagem utilitarista, tornou-se bastante redundante, com isso eles passaram a adicionar o desejo de compreender os processos de mudança dentro da contabilidade, associando os atributos da contabilidade com determinantes contábeis que impactavam sobre o funcionamento organizacional e social e isso fez com que emergisse uma abordagem que objetivava compreender “*como a contabilidade molda seu ambiente e como, por sua vez, o ambiente molda a contabilidade*” (Gomes, 2008: pp.479-509). Esse processo evolutivo histórico, de uma visão tradicional para uma nova visão da contabilidade, na percepção de Carnegie (2014) foi denominada como sendo a transição da História da Contabilidade Tradicional (HCT) para a Nova História da Contabilidade (NHC).

1.1.3 História da contabilidade: história tradicional & nova história

A ciência histórica priorizava a reunião de documentos escritos e os transformavam em testemunhos, sendo entendida como a “história oficial”, cujo objeto principal de investigação era fatos políticos centrados nas façanhas dos “Grandes Homens (aqueles que fizeram história e deram novas orientações para a vida de uma nação ou de uma sociedade) e o foco era exclusivamente em instituições como o Estado, a Igreja e a Guerra, importando apenas com os

grandes fatos e os grandes personagens (Martín, 2006. Nesse contexto, Costa *et al.*(2010, p. 296) caracterizou a história tradicional da seguinte forma:

Uma narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens e legitimada por uma visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo e disseminando seus objetos, princípios e métodos mesmo diante de tentativas de contestação a esse tipo de narrativa.

Desse modo essa abordagem considerava que a história podia ser vista como uma série de decisões econômicas racionais e tinha como função o ensinamento por meio de exemplos reais e ilustres, identificando-se como paradigma tradicional, ou seja, uma visão tradicional da história ou história vista “de cima” (concentrada nos grandes feitos, nos grandes homens, na elite), a qual perdurou por muito tempo (Martín, 2006). Na História Tradicional da Contabilidade, segundo Gomes (2008), é priorizado a dimensão técnica da contabilidade, isto é, enfoca no sistema de mensuração e comunicação de transações para chegar a representações verificáveis que estejam próximas à realidade, cuja visão técnica possui características de neutralidade, objetividade e utilidade para tomada de decisões, não sendo explorado o lado social, não havendo mistura da técnica e do social.

Todavia, alguns partidários distanciaram-se dessa forma tradicional e ao compartilharem a idéia de que a contabilidade não deveria ser estudada unicamente como uma técnica ou como práticas contábeis isoladas, propiciaram o surgimento da concepção de que a contabilidade também deva ser estudada como uma peça do contexto social e organizativo da sociedade, onde as fontes seriam analisadas através de novas metodologias e técnicas, o que possibilitaria historicizar novos temas e dessa forma a história poderia ser revista e ganharia novas respostas historiográficas (Esteve, 1997).

Nesse contexto, Carmona, Ezzamel e Gutiérrez (2004) explanam que, ainda que os pesquisadores contábeis não são historiadores treinados e não são detentores dos debates metodológicos na historiografia “convencional”, esse novo paradigma induziu os historiadores a pensarem além das definições convencionais de contabilidade, desenvolvendo uma visão mais abrangente com a finalidade de alcançar um maior conjunto de práticas de quantificação,

valorização e representação. Martín (2006) complementou que esse novo paradigma demonstrava o valor de atribuir papéis à prática contábil além da pura economia racional.

Essa corrente concentra-se nos movimentos relacionados às mudanças, econômicas e sociais, com a sociedade e entre os outros, ou seja, histórias produzidas por setores que “não tinham história”, tendendo a investigar história oral, estatística, etc, levando em consideração as opiniões das pessoas comuns com suas experiências da mudança social e da história da vida cotidiana, fatos que a diferiam da história tradicional e ao alinharam-se a essa nova concepção, instituíram uma nova corrente historiográfica que passou a denominar-se “Nova História” ou história vista “de baixo” (Maia *et al.*, 2011).

A ocorrência de estudos da contabilidade sob as diversas perspectivas teóricas e a adoção de distintas problematizações em história da contabilidade desencadeou um processo que passou a identificar tais estudos em “escolas” que, conseqüentemente, passaram a rotular os pesquisadores como “tradicionalista”, “antiquário”, “pós-modernista”, “foucaultiano”, “historiador crítico” e “marxista”. Como alguns desses “rótulos” reivindicavam para um “novo histórico contábil” (Miller *et al.*, 1991), no século XX, foi testemunhado um florescimento de investigações subsidiadas por essa abordagem denominada “crítica”, “nova história” ou história vista “de baixo”, as quais “*intentaram examinar o passado da Contabilidade através de um leque variado de perspectivas teóricas e metodológicas inspiradas no pensamento de autores como Marx, Foucault, Habermas e tantos outros que, conseqüentemente, passaram a ser apelidadas de “escolas”*” (Carnegie e Napier, 1996: p.7-39).

Walker (2008) afirma que a edição especial na AAAJ (1996), com o tema “A história da contabilidade no século XXI”, havia apresentado sinais de crescente desconforto entre os historiadores contábeis associados ao racionalismo econômico. Nesse contexto e com o intuito de amenizar esse desconforto Funnell (1996: pp. 38-64) havia expressado:

“... a nova história contábil ainda não é um libertino da história pós-moderna rebelde que veio para causar estragos imprevidentes. As diferentes estruturas de interpretação usadas pelos novos historiadores da contabilidade não significaram um completo repúdio às convenções da história tradicional”.

Boyns e Edwards (1996: pp.40-60) também haviam concluído que:

“Um caminho a seguir ... não é tentar substituir a abordagem histórica tradicional por abordagens foucaultianas, marxistas ou quaisquer outras, mas sim encontrar uma abordagem equilibrada que permite que todos os tipos de história floresçam e contribuam para discussões informadas entre historiadores com diferentes pontos de vista.”

No desenvolvimento da literatura com abordagem na nova história da contabilidade Gomes (2008) havia ressaltado que se fazia necessário as contribuições provenientes dos trabalhos tradicionais, o que resultava na reinvenção do campo como resultado, além de ser uma importante fonte de informação para compreensão dos papéis da contabilidade nas organizações e na sociedade, particularmente nos processos de mudança contábil, tornando-se questões de pesquisa dentro da concepção de contabilidade como prática social, no entanto, afirmava que ambas concepções históricas, tradicional e nova, contribuíram para enriquecer e aprofundar esse campo de pesquisa e compreensão da prática contábil.

Para Napier (2006^a: pp.445-507):

“... embora ainda haja um lugar importante para a "história da contabilidade" mais tradicional, a qual documenta o surgimento e desenvolvimento de práticas técnicas, a "nova história da contabilidade", influenciada pela ciência social, continuará a estudar os papéis da contabilidade na sociedade, pois acredita-se estar caminhando para uma genuína "história contábil", na qual se busca entender como o mundo mudou com as lentes da contabilidade”.

1.1.4 Áreas de investigações em história da contabilidade

Investigações referentes ao passado da contabilidade, segundo afirmam Carnegie e Rodrigues (2007), continuaram a fornecer *insights* sobre o presente e o futuro da contabilidade à medida que a disciplina continuou a ampliar seu alcance e expandir sua influência durante a era calculista, porém, ressaltaram que tais pesquisas e publicações apresentaram interesse sólido em países onde o idioma oficial não era o inglês, com isso esclareciam que para a comunidade

internacional de história da contabilidade, novos membros, de todo o mundo, incluindo jovens ou emergentes, seriam sempre bem-vindos.

Nesse norte e com intuito de constituir um instrumento que pudesse orientar futuros investigadores no âmbito história em contabilidade, diversos autores (Carnegie e Napier, 1996; Carnegie e Potter, 2000; Carnegie e Napier, 2012; Napier, 2006a; Previts, *et. al*, 1990b) desenvolveram uma proposta sugerindo que estes estudos fossem classificados em diferentes áreas de investigação, as quais foram: bases de dados, biografia, desenvolvimento do pensamento contabilístico, história geral, história crítica, história institucional, historiografia, contabilidade no setor público, história da contabilidade internacional comparativa, utilização de arquivos contábeis na história empresarial, prosopografia e estudo dos registos contabilísticos e empresas.

No entendimento de Walker (2008) para cada área de estudo identificada, a investigação oferece algumas críticas e discute oportunidades de avanço no futuro, no entanto admite que não tem autoridade para prescrever direções de pesquisa ou identificar os assuntos que importam e reconhece que os historiadores contábeis buscarão seus próprios interesses e empregarão suas próprias abordagens e modos de análise. Desse modo, ampliava-se o cenário à espera de serem investigados e o mesmo autor afirma que os últimos anos testemunharam não apenas um retorno a alguns temas familiares (contabilidade e capitalismo, contabilidade e governo, contabilidade em civilizações antigas e (pós-Enron), histórias de colapso corporativo), mas também o surgimento de novos, tais como: contabilidade e os militares, literatura e religião; contabilidade em instituições sociais; o papel da contabilidade no imperialismo e a exploração dos povos indígenas e o potencial emancipatório da contabilidade.

Tendo em vista os conhecimentos adquiridos através da disciplina optativa – Evolução da História do Pensamento Contabilístico, ofertada no Mestrado em Contabilidade e Finanças pelo Instituto Politécnico do Porto (ISCAP), a premissa de boas vindas aos pesquisadores emergentes dessa temática, ao apontamento feito por Boyns e Edwards (2007: pp.969-1034), os quais citaram “*a existência de recursos arquivísticos que permanecem em grande parte inexplorados*” e a sugestão de Carmona (2006) quanto a importância de influências sociopolíticas e religiosas, o presente estudo convergiu-se para a riquíssima história do Brasil, na qual há inúmeros objetos de pesquisas à espera de serem investigados, em especial as instituições religiosas cristãs, as quais estiveram sempre presente desde os primórdios da

formação da nação brasileira. Nesse contexto religioso a contabilidade também esteve presente nas Escrituras Sagradas, segundo nos relata Lima (2010).

1.1.5 Interligação entre a religião e a contabilidade

Tendo em vista que a nação brasileira é decorrente da colonização de Portugal, é inevitável que a história desses dois países se mesclam em dados momentos. Desde o início da nacionalidade de Portugal as instituições religiosas regulares existem e elas contribuíram para a evangelização. Imbuídos nessa função e com o intuito de expandir a fé cristã, os missionários acompanhavam as expedições portuguesas, dessa forma chegaram os primeiros religiosos no novo continente descoberto. A Igreja Católica fez parte da povoação que constituiria a nação brasileira, pois aquela esteve em meio à população antes mesmo da instalação do poder civil metropolitano (Corbalan, 2006).

Em seus estudos sobre religião e contabilidade, Carmona e Ezzamel (2006: pp.117-127) salientaram que:

“em todas as civilizações e sociedades humanas a religião teve relevância importância”, no entanto, a falta de interesse acadêmico em estudar contabilidade em instituições religiosas é bastante desconcertante, dado o destaque de tais instituições na maioria das sociedades.”

Em estudos com abordagens de contextos históricos, Walker (2006) observou um acréscimo no interesse relacionado às interseções entre contabilidade e religião, fato que se deve a relevância social e econômica das organizações religiosas, especialmente, onde a religião corroborou para o enraizamento da vida institucional. No entendimento de Quattrone (2004) outro fator de peso que contribuiu para esse acréscimo foi o ensino, principalmente nos países de religião cristã, pois as instituições religiosas eram as detentoras e provedoras do ensino existente, tanto que os manuais, precursores e seculares, que instruíam a contabilidade eram de autores monges

O ambiente contábil, primeiramente, reverenciam o memorável frade da Ordem de São Francisco que exerceu o magistério com a dedicação de um apóstolo, o Frei Luca Pacioli³ e a sua obra " *Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionilità*"(1494), da qual universalizou o Método das Partidas Dobradas (Valle & Aloe, 1966, pp.41-43). Posteriores a Pacioli, Zaid (2000a) apontou, respectivamente, outros dois manuais sobre a contabilidade, a obra " *Indirizzo Degli Economi (1586)*" do Frei Angelo Pietra, frade da Ordem de São Benedito e o " *Trattato del modo di tenere il libro doppio domestico col suo esemplare (1636)*" de autoria do Frei Lodovico Fiori, frade da Ordem Companhia de Jesus (Jesuítas).

Em seus estudos Faria (2008) havia expressado que embora estivesse diante da riquíssima história de Portugal, concluiu que " *mesmo que tenha havido um crescimento de investigações em história da contabilidade, ainda havia uma notória falta de estudos em áreas relacionadas com a contabilidade em corpos eclesiásticos e ordens religiosas*" (p. 373). Dessa forma foi possível efetuar um paralelo com a história do Brasil, ou seja, o país também possui uma história riquíssima e uma notória falta de estudos tanto nas áreas relacionadas com a história da contabilidade quanto desta em corpos eclesiásticos.

1.1.6 A literatura contábil e as instituições religiosas

Apesar das instituições religiosas terem tido extrema influência sobre o processo de formação da sociedade, os números que demonstram o quantitativo de estudos produzidos sobre religião e contabilidade traduziam que os mesmos ainda se mantinham numa fase embrionária, afirmam Carmona e Ezzamel (2006).

Esse cenário ainda não apresentou alterações significativas, pois Araújo (2010) em sua Tese de doutorado ainda havia constatado a escassez desses estudos relacionados a história da contabilidade nos corpos eclesiásticos, tanto que elencou em sua Tese os principais autores e seus apontamentos referentes as lacunas existentes quanto a esta temática, conforme demonstrado na Tabela 1:

³ Autor do primeiro livro impresso sobre contabilidade, o *Tractatus de Computis et Scripturis* capítulo X da obra denominada *Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionilità*, publicada em Veneza, em 1494 (Aloe & Valle, 1966).

Tabela 1: Rol de autores e o ano em que apontaram lacunas quanto a temática história da contabilidade em corpos eclesiásticos

Ano	Pesquisador	Apontamentos das lacunas
1993	Booth	Lamenta a falta de literatura sobre a contabilidade dentro das igrejas, considerando-a uma lacuna muito significativa na literatura da contabilidade das organizações não lucrativas.
1998	Abdul-Raiman e Goddard	Argumentam que a literatura existente nas organizações religiosas é muito limitada.
2001	Lewis	Afirma que a influência da religião sobre a contabilidade não tem sido muito explorada
2004	Davison	Argumenta ainda que nas investigações em contabilidade as abordagens teológicas são praticamente inexistentes
2003	Rodrigues, et al	Constatam que pouco ou nada se conhece sobre a adoção do método da partida dobrada em Portugal, quer no sector privado quer no sector público.
2006	Carmona e Ezzamel	Explicam o facto de haver poucos estudos sobre contabilidade nas instituições religiosas pela falta de interesse dos académicos na sua investigação.

Fonte: Adaptado Araujo (2010)

Diante do contexto exposto e conforme já nos afirmavam Carmona e Ezzamel (2006) sobre a falta de interesse acadêmico no estudo da contabilidade em instituições religiosas e em 2009 reafirmavam que “*uma análise da relação entre contabilidade e religião era uma área-chave de investigação para os estudantes de história*” Carmona e Ezzamel (2009, p. 504), depreendeu-se que o cenário brasileiro oferta inúmeras arenas para futuras pesquisas na temática em história da contabilidade nas instituições eclesiásticas, haja vista que existem muitas instituições inexploradas e são ínfimas as pesquisas produzidas, como é o caso da Diocese de Cuiabá, uma instituição eclesiástica matogrossense bicentenária de extrema

importância para a história da cidade de Cuiabá, mas que pouco ou quase nada se conhece tanto da sua história quanto da sua contabilidade.

Sendo assim, visando atingir o objetivo principal do presente estudo que é identificar se o método das partidas dobradas era utilizado nos registros contábeis da Diocese de Cuiabá, no período delimitado (1826 -1889), entendeu-se necessário, primeiramente, delinear o processo de maturação do pensamento contabilístico através do estado da arte sobre o pensamento contábil e o método das partidas dobradas.

1.2. Método das partidas dobradas

“mal a vida do ser se afirma racionalmente e já surgem os registros contábeis”
Vicenzo Masi⁴

A história da humanidade nos mostra a transformação na mente humana, cujos anseios fizeram com que o *homo sapiens* progredisse do período das cavernas à globalização. Este homem primitivo ainda sem um idioma definido e através de sua comunicação primitiva, demonstrou quão remota é a contabilidade, conforme comprova as descobertas arqueológicas, pois os desenhos de objetos e seres nas cavernas remetem ao ato de registrar (Iudícibus, 1987).

Segundo Sá (1997) a Contabilidade já existia desde o primitivismo dos povos, que o registro rupestre se desenvolveu concomitante com a evolução das civilizações, concluindo que o pensamento contabilístico nasceu com a civilização, ainda que os conhecimentos da matemática, das letras, dos negócios e até mesmo de patrimônio fossem limitados. A interação entre ambos resultou em progressos simultâneos, pois a evolução dos registros contábeis foi influenciada pelo desenvolvimento das sociedades somados aos das artes de escrever e contar. e ao longo dos anos estruturou-se em bases científicas e filosóficas, tornando-se a base de um dos mais importantes ramos do saber humano.

Em outras palavras Iudícibus (1987) afirma que o avanço da Ciência do pensamento contábil está diretamente associado ao grau de desenvolvimento comercial, social e

⁴ Expressão de Vicenzo Masi – La Ragioneria nella Preistoria e nell’antichità, pag.42, ed. Tamari, Bolonha, 1964. Apud Sá (2004)

institucional das sociedades, cidades ou nações e à medida que as sociedades rupestres se otimizaram, proporcionalmente aprimoraram-se e no decorrer de longos anos atingiram à inevitável globalização e seus modernos formatos de registros.

1.2.1 Escrituração & escrituração contábil

“A Contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa, quanto o homem que conta”
(Iudícibus, 1987).

A declaração em epígrafe nos explana que a escrituração existe desde os povos da Antiguidade e com as primeiras manifestações inteligentes do homem através da sua necessidade de “guardar memória” de forma organizada. Antes mesmo da invenção da escrita ou cálculos, surgem então os registros contábeis, através do instrumento rudimentar “conta”, inferindo-se sobre as provas de origens remotas: as inscrições em grutas provenientes do período Paleolítico Superior.

Segundo Sá (1994), “conta” associa-se a “coisas amealhadas” expressas qualitativamente e quantitativamente por símbolos, substituindo a memória por um registro organizado, edificando a expressão de Mazi em epígrafe que, ao evoluir em curso natural e ao adicionar o cálculo nos quantitativos inscritos surge a “Conta Primitiva”. Dessa forma, o mesmo autor conclui que a escrituração é decorrente do hábito de escriturar os fatos relacionados as suas riquezas que, com a evolução do pensamento contábil passa a denominar-se escrita contábil, sendo esta a base da aplicação prática da Contabilidade.

Nesse norte Franco (2006) explana que a prática repetida de algo torna-se um hábito que adicionando a experiência com raciocínio, em dado momento, desperta conhecimento que induz realizar de outras maneiras e/ou formas aquilo que era rotineiro, resultando num método e definiu diferença entre método e método de escrituração, sendo, o primeiro “*o modo de proceder, isto é, a maneira de fazer as coisas*” e o segundo “*a forma de registrar os fatos contábeis*”. Viana (1995) simplifica ao afirmar que a Contabilidade era entendida como a arte de levar as contas. Santos, Schmidt, & Machado (2005) explanam que os primeiros tratadistas

contábeis, isto é, os primeiros que escreveram sobre o assunto, centraram suas atenções no estudo das contas, especialmente, nas formas de registros.

Na concepção de Franco (2006) mesmo que há múltiplas formas de registrar/escriturar os fatos contábeis, o método das Partidas Simples e Partidas Dobradas, são elementares, isto é, a base para qualquer outro método de escrituração que pudesse vir a existir. Para Aloe e Valle (1980) os dois métodos anteriormente citados são os únicos originais e que os demais, tais como a *Logismografia*, a *Estatmografia*, as *Partidas Triplas*, o *Diário-Razão* (mais conhecido por método americano), as *Partidas Dobradas a Xadrez* etc, são todos derivados das Partidas Dobradas.

Aloe e Valle (1980) nos dizem que escrituração contábil é a revelação contábil, isto é, ela revela e evidencia as variações quantitativas e qualitativas que atingem a riqueza e/ou patrimônio da entidade, cujas informações são extraídas do registro cronológico e sistemático de todos os eventos que interferem naqueles, esclarecendo que isto é possível devido a Contabilidade ser constituída de instrumentos de registro, os quais são realizados por meio dos métodos de Partidas Simples ou Dobradas.

Por fim, de acordo com Sá (1993), nos primórdios do estudo do conhecimento contábil muito se discutiu se a Contabilidade seria uma arte escritural de levar as contas ou uma ciência, pois por longos anos a escrita foi considerada como a própria Contabilidade e que somente a partir de 1840 é que se delineou para os estudiosos a divisão fundamental dos campos do registro e dos estudos científicos, todavia, atualmente, já é matéria pacificada de que a Contabilidade é uma Ciência.

Desse modo, fica elucidado que a escrituração é a designação simples que se tem dado à escrita contábil e esta é uma técnica que não deve ser confundida com a Contabilidade que é Ciência, ou seja, a escrituração contábil é o resultado da simbiose da técnica de escrituração com o pensamento contábil e, independente se a Partida é Simples, Dobrada ou qualquer outra variante dessa, é irrefutável que a escrituração é o primórdio de qualquer método utilizado.

1.2.2 Escrituração por partidas simples

Inserida num pensamento contábil a escrituração ou escrita contábil é representada por Partida e esta é o registro dos eventos sobre a riqueza em forma contábil. Denominada de

“conta” e/ou “partida”, consiste no ato de escriturar o evento descrevendo-o, caracterizando a conta por completo, evidenciando o seu histórico, os valores e a data de sua ocorrência.

A escrita contábil por partida simples, também denominada por escrita unigráfica, é a partida onde os débitos não correspondem aos créditos, ou seja, é um método que se limita apenas a “saber que aconteceu”, sem se preocupar em “saber porque aconteceu” e o documento mais antigo por “Partida Simples” que se tem conhecimento é um fragmento de um livro de banqueiros florentinos⁵ que operavam em Bolonha, de 1211, na Itália, conforme afirma Sá (1994) .

Partida simples, processo simples ou “tabular”, consistia em dividir as folhas dos livros ao meio e de um lado, à esquerda, escriturava-se os débitos, e à direita, os créditos, cujo confronto das duas colunas culminava nas contas de resultado. Essa forma de escriturar era a mais utilizada na Idade Antiga da Contabilidade, pois esse critério tabular já era usado pelos Sumero-Babilônios, porém, em forma “horizontal” de colunas, mas que na Alta Idade Média esse critério já se apresentava em forma “vertical”, segundo Sá (1994).

No entendimento de Aloe e Valle (1980), as Partidas Simples foi o primeiro método de escrituração e é um método imperfeito, pelo fato de registrar apenas uma única conta, sendo das mais movimentadas, como os devedores, credores e caixa, seguidas do termo *deve e haver*, conforme a conta seja devedora ou credora e, apesar de sua deficiência foi muito usado até os fins do século XIX e no início do século XX, pois, constatava o seu uso por empresas de pouco movimento apesar das evidências de que o MPD tenha florescido entre 1250 a 1280 a.C.

Franco (2006) também considera deficiente e incompleto o método das partidas simples, pois neste, a única conta controlada é a de “caixa”, isto é, nele só se fazem registros de operações realizadas com pessoas, omitindo-se o registro de elementos patrimoniais, bem como do lucro ou do prejuízo, ou seja, não demonstra a variação ocorrida no patrimônio, mas apenas as da conta “caixa” e para saber as do patrimônio, só é possível no fim do exercício, após a compração dos bens, direitos e obrigações, sendo que pelas Partida Dobradas tais informações são concomitantes ao registrar o evento no patrimônio.

Este método Tabular ou PS, apesar de deficiente, incompleto, imperfeito e com idade milenar, não ensejou a metamorfose da PS para PD, pois embora existisse a parte distinta para o débito e o crédito não foi suficiente para ser considerado constituinte do sistema de

⁵ Encontra-se na Biblioteca “Mediceo-Laurenziana” de Florença. (Sá, 2004, p.29)

registro por PD, todavia, o consideram um vigoroso embrião daquela em razão do confronto das contas de resultado, ou seja, a PS pode ter sido a “pedra do toque” que equilibrou os registros e despertou o interesse pela “generalidade”, culminando no processo das Partidas Dobradas (Sá, 2004).

1.2.3 Escrituração por partidas dobradas

“Aqueles que se enamoram da prática sem a ciência, são como o navegador que entra no navio sem timão ou bússula, que jamais têm a certeza de onde se vai. Sempre a prática deve ser edificada sobre a boa teoria.”

Leonardo da Vinci Apud Sá (1994)

O raciocínio lógico da arte escritural através da escrituração por PD, não foi reformulado ou adaptado com o passar dos anos, mas cada vez mais aperfeiçoado, perdurando há mais de meio século. Para Schmidt (2000) o uso das fichas de barros, no período pré-histórico, já apresentavam características do sistema contábil das PD, a qual só vem a ser exposta de forma impressa, apenas em 1494, corroborando com a idéia de que as PD não nasceu na Itália, mas com fortes evidências na Suméria.

Tem-se a premissa que as PS foram como uma base evolutiva para a PD, isto é, esta foi a metamorfose da primeira. Nesse sentido vejamos as teses sobre as origens das PD, mas, como esclarece a literatura existente, são todas no campo de hipóteses. Todavia, alguns estudiosos apresentam algumas, as quais foram subsidiadas em documentos históricos, contudo, o fato comum é que tal processo foi alicerçado com a expansão das atividades comerciais/bancárias à época, a qual exigia uso dos registros contábeis e tal fato foi direcionando a uma tendência natural de aperfeiçoamento dos mesmos.

Primeira observação é constatada na estrutura do registro, a forma como era realizado a escrita. Sá (2004) diz que o estudo do mais antigo documento (1211) por PS, já mencionado no sub-item anterior, demonstrou que nele já se separava o “deve” e o “haver” com destaque, ou seja, apresentavam em colunas, distintas, de “cima” e de “baixo”, em linhas horizontais, com barras e em números romanos, no entanto, na Idade Média havia forte

influência do clero e das autoridades seculares que sobreviveram às invasões bárbaras, nas quais eram distintas as convicções quanto a riqueza.

A crise do poder clerical cooperou com o rompimento das normas arcaicas no campo da escrita e a obra de Leonardo Fibonacci, intitulada de “*Liber Abacci*”, muito contribuiu para a introdução dos números árabicos⁶ nos registros contábeis, visto que a complexidade dos números romanos criava sério obstáculo aos cálculos e às apurações em face ao grande volume de operações comerciais que borbulhava e o uso daqueles facilitariam tanto o seu registro como o desempenho das operações, desse modo, admite-se a hipótese de que a adoção dos números arábicos foi um dos fatores que influíram no aparecimento, ainda no século XIII, das “duplas inscrições”, contribuindo de alguma forma na evolução das PS para as PD (Sá, 2004).

A tradição de tudo se registrar vem desde o Império Romano, no entanto, na época vigente já era em livros, destacando três livros básicos para tal, sendo o livro “Borrador” que servia de rascunho ou anotação imediata, o “Diário” era o livro relacionado as operações do dia-a-dia, evidenciando cada jornada e o livro Maior, denominado “Razão”, cujo termo se utiliza até os dias atuais, sendo o principal, pois neste registra “conta” por “conta”, sendo que cada “conta” tinha sua folha.

Como cada operação mercantil e/ou bancária representava uma finalidade e esta exigia a abertura de um livro de registro, desse modo emanou a necessidade de uma coordenação dos mesmos, pois exigia que os débitos de um coincidisse com os créditos em outros (livros), nesse raciocínio Sá (2004) menciona a hipótese do historiador Fábio Besta, o qual explica que, inevitavelmente, o que se debita a uma conta termina-se por creditar a outra e quando há organização e preocupação em tudo evidenciar, irrefutavelmente, chega-se ao “registro duplo”, ou seja, a “contrapartida” seria uma consequência inevitável da “partida”.

Sem refutar o que Besta explana, Federigo Melis complementa, segundo descreve Sá (2004), que a sofisticação dos registros foi estimulado pela ação dos banqueiros de cobrar “juros”, os quais tinham a denominação de “cambiais” pelo fato de serem condenados pelo clero, então para mascarar a cobrança simulavam ser “taxas de câmbio”. O grande volume de registros e a segurança que exigia a multiplicidade de contas envolvidas, impunham a realização de procedimentos mais apurados, assim, hipoteticamente, conclui que o “giro das

⁶ Apesar de ser conhecido por “números arábicos”, estes não foram criados pelos árabes, mas sim na Índia, sendo o livro “*Liber Abacci*”⁶, responsável por elucidar a vantagem prática da escrita por números arábicos, o qual foi escrito em 1202 pelo emérito contador e matemático Leonardo Fibonacci, de Pisa. Sá (2004).

cambiais” e a “vida bancária” muito influenciou a ser o grande fator da metamorfose da PS em PD.

A literatura contábil existente sobre a história em contabilidade expõe claramente que a evolução dos registros contábeis é entrelaçada com a economia vigente nesse sentido conclui que um “novo clima econômico” gera um “novo posicionamento dos registros”. O sistema feudal é abalado e novas estruturas surgem, isto é, nascem empresas que à época eram denominadas “Companhias” e independente se eram comerciais, industriais ou bancárias a existência/atividade delas incumbiu a escrita contábil novas responsabilidades.

Nesse norte, segundo Sá (2004), surge a outra hipótese mencionada pelo historiador Melis, que é o aparecimento da conta “Capital”, o qual delega a esta uma inegável importância e contribuição para transformação das PS em PD, pois aduz que esta conta é a “fonte de recursos dos proprietários”, tornando o foco das “preocupações”, contraindo para si uma “responsabilidade especial”.

Diante do contexto observa-se o indicativo de duas vertentes para a tese das origens das PD. Segundo Sá (2004) uns estudiosos admitem que a metamorfose da PS em PD é resultado de uma evolução natural onde o crédito é uma “contrapartida” do caixa, a outra é dos que admitem que a PD se fez credora por representar “o crédito do sócio perante a companhia” como consequência de seu aporte de capital, ressaltando que toda a documentação que comprova o critério das PD evidencia a existência da conta de “Capital”.

Seja qual for a vertente adotada e diante de todo o exposto, é inegável que a escrituração é muito antiga e o pensamento contábil vem desde os seus primórdios. E apesar dos escritos de Cícero⁷ e os demais relacionados a civilização romana clássica, além da suposição da “Folha de Papiro” ter sido livro e que estes apresentam registros de custos de panificação em Menfis no Egito, todavia, provas confiáveis sobre o raciocínio lógico das PD só existem a partir do século XIII, visto que os livros de registros eram por PD, conforme nos afirma Sá (2004) e exposto na tabela 2:

⁷ Marco Túlio Cícero: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADcero>

Tabela 2: Autor e os livros de registros que eram escriturados pelas partidas dobradas

Ano	Documento	Autor
1202	Giros Cambiais de grandes Cia., tais como a dos Buonsignori	Federigo Melis
1281; 1288	Documentos de uma Cia. Mercantil e bancária da cidades de Siena e Prato(Toscana).	Federigo Melis
1299-1300	Libro Della Compagnia Farolfi	
1297-1303	Libro della Compagnia dei Fini	
1302-1329	Livro Segreto di Alberto Giudice e Conipagnia	
1305 a 1308	Registros da Cia. Galerani (Museu de Bruxelas)	Federigo Melis
1311-1313	Libro dei contí dei Frescobaldi	
1314-1336	Libro delia Ragione della Compagnia dei Bardi	
1318-1324	Libro delle Compere e Vendite della Compagnia del Bene	
1332 a 1336	Livros da Cia. De Geri Burlamarchi, da cidade de Luca.	Nao mencionado
1340	Arquivos do Estado de Gênova	Fabio Besta

Fonte: Adaptado de Sá (2004, p. 35)

Diante dos documentos estudados e devido a abundância de documentações nas várias partes da península (Gênova, Veneza, Siena etc), o desfecho das análises dos estudiosos é uníssona ao deliberarem à Itália o berço da evolução dos registros contábeis, conduzindo a uma crença de ser a época da metamorfose das PS para as PD, embora os documentos da denominada Toscana serem os mais antigos, do século XIII.

Por fim, de uma forma simples e irrefutável, Aloe eValle (1980) nos afirmam que em diversas épocas e países houveram inúmeras tentativas de criar um método que pudesse suplantar o das PD, mas que devido as suas qualidades peculiares, torna-o tão perfeito e incomparável, o qual continuará a desafiar os séculos e os homens para substituí-lo por outro, além de ainda não se conhecer o “inventor” de tal processo de escrituração, como ressalta Sá (2004).

1.3 Frei Luca Bartolomeo Pacioli

A seção que se segue descreve em linhas gerais o ambiente sócio-político, econômico e cultural da Itália, cuja época ocorreu a impressão e publicação da “*Summa*”, evento que segundo Aloe e Valle (1980) serviu de marco a um dos seus períodos mais importantes para a história da Contabilidade – o início da literatura contábil, pois tal fato resultou na propagação das PD para o mundo.

1.3.1 Ambiente sócio-político, econômico e cultural na Itália

O período em que amadureceu a PD foi uma era em que se iniciava os chamados “Anos de Ouro” que, amparados pela mescla de culturas, obtiveram atributos que são o corolário das profundas modificações das estruturas do regime medieval. É época que o capitalismo, alicerçado pela burguesia da época, também havia maturado, sucedendo o despontar, na Itália, de quatro grandes centros, os quais eram: Milão, Veneza, Florença e Nápoles.

Desses centros, em decorrência do financiamento em gênios da época, por parte da influência dos Médicis⁸ que apoiavam a cultura, Florença tornou-se ídolo da cultura, tendo seu expoente máximo – Leonardo da Vinci⁹. Por fim, esses anos foram marcados por transformações no mundo, tais como, a queda de Constantinopla (1453) e as descobertas navais que culminaram no descobrimento das Américas (1492), cujas ocorrências proporcionaram meios para concretizar o amadurecimento do sistema contábil (Sá, 2004).

A situação geográfica assim como a queda de Constantinopla, ambas, privilegiaram Veneza, pois a rota comercial daquela direcionou-se à cidade Italiana, a qual conquistou o Oriente Médio, absorvendo o mercado de Bizâncio, passando a ser a intermediadora comercial

⁸ João de Bicci de Médici (1360- 1429), era proprietário de duas fábricas de lã em Florença e tornou-se um dos banqueiros mais ricos de Itália, adquirindo apelidado de “*o Banqueiro*”. Foi o fundador da poderosa família Médici, a qual veio a tornar-se numa das dinastias mais ricas da Europa, o que viria a influenciar a política e diplomacia do Renascimento italiano. Foi membro de dois grêmios: o *Arte della Lana* e o *Arte del Cambio* o que, por sua vez, abriu o caminho para que mais tarde a família Médici se tornasse uma proeminente influência cultural e política

⁹ Segundo Aloe e Valle (1966, p. 20) Leonardo da Vinci (1452-1519), foi pintor, engenheiro, matemático, filósofo, inventor, arquiteto, anatomista, físico, musicista, publicista e místico.

entre a Europa e o Oriente até Bagda. Conflitos, guerras, a perda de muitos mercados e a influência dos turcos, contribuíram para defluir o declínio econômico de Veneza. Nesse interím, a agitação mercantilista fomentou os negócios, o qual era um terreno fértil e propício para viabilizar a expansão dos procedimentos contábeis e conseqüentemente a difusão das PD (Sá, 2004).

1.3.2 Breve biografia de Luca Bartolomeo Pacioli

O nome do divulgador-*mor* era Luca Bartolomeo Pacioli. Não há referências exatas que precisem a informação, mas acredita-se que Pacioli nasceu por volta do ano de 1445, na região da Toscana (Itália), em Borgo di San Sepolcro, província de Arezzo, cuja denominação atual é Sansepolcro. Todavia, conclusões decorrentes de estudos de alguns documentos por um bibliotecário na “Cívica de Sansepolcro”, a data do seu falecimento pode-se afirmar apenas o ano ocorrido, o qual pôde ter-se consumado entre abril e dezembro de 1517 (Aloe e Valle, 1966).

Seu educador¹⁰ foi pintor e matemático, o qual lhe transmitiu os ensinamentos sobre álgebra, matemática e as proporções platônicas. Residiu em Veneza na casa do opulento comerciante Antônio Rompiasi, ministrando lições de matemática aos filhos do comerciante (Aloe e Valle, 1966, p. 34). Prosseguiu com os estudos na escola Domenico Bragadino da qual obteve concessão do magistério. Supõe-se também que em decorrência da sua estada na casa comercial dos Rompiasi é que através do contato com o comércio, adquiriu a prática e os costumes mercantis, justificando a dedicação aos números e cálculos que resultou na construção de um tratado sobre Álgebra¹¹, em 1470, o qual foi dedicado aos filhos de Rompiasi (Sá, 2004).

¹⁰ O educador foi Piero Della Francesca, distinguiu-se tanto na Matemática como na Pintura, com o nome de Petrus Burgensis (Aloe & Valle, 1966, p. 33)

¹¹ Segundo Sá (2004, p. 49) tem-se apenas referência de tal obra, não há prova histórica. Sabe-se que existiu porque Pacioli faz referência a esta obra, no fôlio 67 de sua “*Summa*”.

Pela literatura tem-se indícios de que Paciolo¹² esteve uma temporada em Roma, onde teve contato com Leon Battista Alberti¹³, do qual absorveu influência aos estudos de Teologia e de Filosofia, os quais despertaram a sua “consciência religiosa”. Esse despertar, o suporte de teologia, a devoção em São Francisco que a sua cidade natal (Sansepolcro) tinha nesse santo e o fato de dois de seus irmãos haverem entrado para a Ordem Religiosa dos Franciscanos, podem ter sido as razões que, possivelmente, após seu retorno de Roma, por volta de 1471, o induziu a ingressar nessa Ordem Religiosa e ter a decisão de tornar-se Frei¹⁴.

Mantendo-se vizinho ao convento de São Francisco de Assis, lecionou matemática em Perúgia, firmando-se no magistério. Acredita-se que, a imagem de Paciolo como mestre somados ao prestígio da Ordem e a respeitabilidade do hábito o consolidou como escritor. Surgiu o segundo livro (entre 1475 a 1480), uma obra pequena sobre álgebra¹⁵, a qual alguns estudiosos acreditam que seja o embrião da “*Summa*”, a qual referencia um capítulo às partidas dobradas. Houve um terceiro livro de matemática produzido (1481), no entanto, desaparecido, cuja existência é certificada devido Paciolo tê-lo referenciado em sua “*Summa*” no fólho 67, pois o mesmo mencionou na “*Summa*” que “*no mesmo havia passado, de leve, sobre o assunto que agora (na “Summa”) estava a desenvolver em outro de maior profundidade*”(Sá, 2004 : p.55).

Paciolo deslocou-se por várias cidades na Itália exercendo o magistério, mas foi em Veneza que a memorável “*Summa de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade*”, através do editor Paganino de “Paganini”, concluiu a sua impressão em 10 de novembro de 1494. Os locais e o período em que Paciolo exerceu o magistério, segue-se relacionada no Tabela 3:

¹² Paciolo e/ou Pacioli: ambas grafias estão corretas. Isto é uma peculiaridade da do idioma italiano da Toscana, na qual os sobrenomes terminados em “I”, quando junto ao nome, conservavam a letra “I” Luca PAcioli. Quando se pronunciava/referenciava somente o sobrenome, este se transformava, trocando a letra “I” pela letra “O”, o qual ficava da seguinte forma- Paciolo/Il Paciolo. Deixando claro que não são sobrenomes diferentes, mas a forma de se dizer o sobrenome quando junto ao nome(Luca Pacioli) ou quando apenas o sobrenome (Paciolo). (Sá, 2004, p. 46)

¹³ Segundo Sá (2004, p. 50), Leon Battista Alberti era escultor, pintor, músico, filósofo, um homem que possuía todas as características do Renascimento (1404-1472).

¹⁴ Sá (2004, p. 51) menciona que segundo Melis(Federigo Melis, storia della Ragioneria, pág.620, editor Zuffi, Bolonha, 1950), Luca Pacioli vestiu o hábito na sua terra natal (Sansepolcro)

¹⁵ Sá (2004, p. 51) menciona que esse segundo livro, sobre álgebra, conserva-se na Biblioteca do Vaticano sob o nº3.129 e abrange Aritmética, Geometria, Álgebra, Câmbio, Moedas etc..) e ainda cita Lamouroux, o qual admite que este volume possa ter sido o embrião da “*Summa*” (F.Martin Lamouroux, pág.302, ed.Caia de Ahorros, Salamanca, 1989).

Tabela 3: Locais e período em que Paciolo exerceu o magistério

Local	Período	Atividade
Perúgia	1475- 1478	Lecionou Matemática(Aloe & Valle1966;p.35
Perúgia	Nov/1477 à Jun/1478	Lecionou oficialmente em “Studio Perugino” ¹⁶ (Aloe & Valle1966;p.35
Nápoles e Pádua	1490 - 1494	
Milão(na corte)	1496 - 1499	
Pisa e Bolonha	1500 – 1507	
Igreja de São Bartolomeu do Rialto	1508	Proferiu uma aula magna em abertura de um curso da igreja, tratando de geometria eucladiana(Livro V de Euclides) e das Divinas Proporções.
Roma	1514	Regresso a Roma para lecionar a convite de Leão X(João de Médicis)

Fonte: Adaptado de Sá (2004, pp. 54 - 56) ; Aloe e Valle (1966, pp.35 - 38).

Do esboço da tabela 3 observa-se que a inclinação para a vida monástica não o impediu de peregrinar pelas regiões da península Itálica, apontando que Paciolo foi um mestre que exerceu o magistério com a dedicação de um apóstolo, contudo, suas diligências eram aos conhecimentos da Matemática. Em decorrência da sua concepção de que deveria haver compreensão das regras, através da teoria, antes de as praticarem, conceito que, em seu tempo, modificou os hábitos pedagógicos e, apesar de não ter sido inovador na matemática, teve a tenacidade de compilar todos os conhecimentos matemáticos de seu tempo e vulgarizá-los, os quais serviram de material de consulta a todos os matemáticos italianos e demais países, durante todo século XVI.

Para uma adequada visualização geral segue Tabela 4, no qual se elenca as obras de autoria de Paciolo (Aloe & Valle, 1966):

¹⁶ Studio Perugino”- Segundo Aloe e Valle (1966, p.35) há documentos existentes nos arquivos de Perugia referentes aos vencimentos de Pacioli como professor, cujo autor cita uma passagem do referido documento: “magistrati perugini con provvisione del 14 ottobre 1477 elessevo e condussero Frà Luca Pacioli da Borgo S. Sepolcro ad insegnare l'aritmetica nelloStudio di Perugia coll'onorario di 30 fiorini annui”

Tabela 4: Obras de autoria de Luca Pacioli

Ano	Obras	Dedicatória
1470	Pequeno Tratado de Álgebra	Dedicada aos filhos do comerciante Antonio Rompiasi
Iniciado em 1477 e terminado em 1478	Breve Tratado sobre Aritmética e Álgebra. Trata largamente dos usos e costumes comerciais de Veneza, Florença, Gênova e Roma, assim como das várias medidas cambiais	Dedicado à mocidade de Perugia.
1481	Tratado de Álgebra composto em Zara(cidade).	“E anche in quello che a Çara nel 1481 de casi piu sutili e forti componemmo” Tradução: E também no que em Zara em 1481 dos casos mais sutis e fortes nós compusemos
1494 1ªEdição em 10 de novembro 2ªEdição em 1523/ autor já falecido	“ <i>Summa de Arithmetica, Geometria, Proportione et Proportionalitá</i> ”	Dedicado a guido Baldo ou Ubaldo, duque de urbino
1496	“ <i>DeViribus Quantitates</i> ”	Nunca publicado e tal manuscrito encontra-se na Universidade de Bolonha
1508	Uma tradução de um texto de Euclides, a qual foi por Pacioli, melhorada e corrigida sobre a de Campano	
1508	“ <i>Libellus in tres partiales tractus divisus, quorumcumque corporum regularium et dependentium active perscrutationis</i> (três tratados sobre polígonos e corpos regulares, sobre a inscrição recíproca de tais corpos , uns nos outros e sobre muitos problemas, por ele,resolvidos algebricamente	
1509	“ <i>De Divina Proportione</i> ”	Dedicado a Pietro Soderini

Publicada em junho		
--------------------	--	--

Fonte : Adaptado de Aloe e Valle(1966, pp. 41 - 43)

Por fim, Paciolo foi matemático, teólogo, geômetra, mestre, arquiteto, poeta, publicista, místico etc., ainda que ele não tenha praticado a profissão de “*quaderniere*”, denominação aos que se dedicavam à escrituração dos livros mercantis, contudo deve-se a ele o primeiro tratado sobre a matéria – o “*Tractatus XI^o. Particularis de Computis et Scriptus*” – incluído na sua “*Summa*” (Aloe & Valle, 1966).

Os autores Aloe e Valle (1966) citam em sua obra que o historiador Melis (“*Storia della Ragioneria*”) ressaltou que a memória de Paciolo é reverenciada apenas pelos contabilistas e seus estudiosos, os quais lhe atribuíram honrarias e fama por vários séculos, argumentando que o próprio Paciolo atribuiu uma importância secundária, ou mesmo nenhuma, em relação às outras matérias (MPD) incluídas em sua “*Summa*”, apesar de se reconhecer em Paciolo o maior matemático e um dos maiores gênios do século XV.

1.3.3 “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportione et Proportionalitá*”

Não é o foco deste estudo adentrar nas minúcias das obras de Paciolo, mas devido a sua relevante importância para a área contábil, será apresentado as breves características da obra que imortalizou o MPD : “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportione et Proportionalitá*”. Esta obra além de ter sido o primeiro livro impresso (1494) que trazia referências aos conhecimentos matemáticos, é considerada uma obra prima pelos estudiosos, pois nela o monge tratou de filosofia, perspectiva, pintura, aritmética, geometria, arquitetura, música, etc.

Meio milênio transcorreu e a edição impressa da “*Summa*” que universalizou o MPD, em 2019, celebrará a sua vigésima primeira “bodas de prata”, ou seja, completará 525 anos de impressão e publicação. Trata-se de um volume de folhas (616 páginas) composto de duas partes: a primeira contém a Aritmética e a Álgebra, sendo subdividida em *distinctiones* e em *tractatus*. A segunda contém a Geometria e é dividida em *distinctiones* e *capitula*. O que se

refere ao tratado de escrituração(MPD) se encontra na primeira parte: “*Distincitone nona*” e *Tractatus XI*”. O Tratado contém 36 capítulos e abrange as folhas 197 até 210. Na identificação do volume, não consta o nome do autor, no entanto no fim é indicado que Frà Luca lançou tal compêndio, com a localidade de seu nascimento (Sansenpolcro), a Ordem religiosa a que pertencia e a sua ocupação. Apesar do título da obra ser sido redigida em Latim, a obra em si não foi escrita em Latim, mas em linguagem vulgar da época, denominada de o “*sermo rusticus*”.

O capítulo denominado “*Tractatus XI: Particularis de Computis et Escripturnis*”, era a pupila para os contabilistas da época, pois neste capítulo foi exposto detalhadamente o MPD ou Partidas Duplas. O MPD é um método que se baseia numa equação onde todo débito corresponde a um crédito e vice-versa. Tem-se a pressuposição que a Escrituração por Partidas Dobradas (EPD) é resultado de um processo de metamorfose da Escrituração por Partida Simples (EPS), isto é, resultado de um entreteçamento intenso do ambiente econômico com o cultural, o qual foi propício para que incorresse essa evolução natural na forma de escriturar. Para época, a “menina dos olhos” da Contabilidade era o MPD, pois esta arte de escrituração, representada pelo mecanismo dinâmico e preciso dos termos “Dever” e “Haver”, retratava o pupilo da sociedade que era o comércio, cujo método traduzia as intensas relações comerciais que borbulhavam nas civilizações da época (Valle & Aloe, 1966).

A publicação da “*Summa*” foi o fato gerador da universalização do MPD, o qual é utilizado até os dias atuais. Há muitas especulações sobre o nascimento dessa técnica de debitar e creditar imbuída de uma mente lógica dos registros, a qual foi geradora do processo das PD, mas segundo Sá (1997) acredita-se que tenha surgido em decorrência da influência das matemáticas na escrita contábil, pois esta está atada ao cálculo desde seus primeiros tempos e o ensino daquela está relacionado ao hábito das equações que, associado ao pensamento contábil pode ter gerado o hábito de igualdade de débito e crédito.

Em razão da “força de difusão” desta obra impressa, a idéia - “Pai das Partidas Dobradas” - foi associada ao Frei Pacioli, no entanto, como explana Sá (2006), o frei não foi o progenitor/inventor das PD, “*pois não a criou e nem apresentou alguma novidade, mas, apenas expôs o que era “costume ser feito” àquela época, na Itália, motivo pelo qual o método chegou a ser intitulado de “Partidas Italianas” e/ou Método Veneziano*” (p.39). Para Valle e Aloe (1966), o Frei Pacioli não foi o “Pai da Contabilidade”, mas foi seu mestre, pois afirma que a obra do Frei é considerada um lume, um marco de extrema relevância, foi a gênese, a semente

da literatura contábil que germinou e adquiriu inestimável valor para o conhecimento da evolução histórica da Contabilidade. No entanto, Sá (1997) ressalta que no ambiente contábil ainda persiste a inquietação relacionada ao “Pai”/inventor, isto é, os estudos já apresentados ainda não foram capazes, comprovadamente, de precisar quem, como e quando foi elaborado este sistema coordenado de registros e, provavelmente, continuará sendo uma longíqua interrogação.

Ainda assim, em pleno século XXI, muitos ainda possuem a idéia de que pensamento contábil é sinônimo de Partida Dobrada e que esta é a semente da Ciência Contábil.

1.4 Inserção do método das partidas dobradas em Portugal

Embora o Reino de Portugal já estivesse se instalado há seis séculos e terem se apropriado de novas terras em outro continente, o cenário interno era desolador. Nem a vultosa riqueza provinda de sua principal colônia (Brasil) havia sido capaz de alterar a realidade portuguesa vigente. O país ibérico estava despovoado com sistema agrário obsoleto, desprovido de estradas e transportes, estagnação industrial, organizações estatais inoperantes e um comércio decadente e dependente de mercadores estrangeiros, cujo conjunto negativo deixou Portugal imerso numa gravíssima situação econômica e financeira (Gonçalves, 2010 ; Gomes, 1999a).

Entretanto, aquela conjuntura de caos administrativo e financeiro passou a ser revertida, gradualmente, a partir do reinado de D. José (1750-1777), especialmente, após o primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, o Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, ter sido nomeado ministro do Reino. O Marquês de Pombal estava convicto que o mercantilismo era a mola propulsora para fomentar e modernizar o comércio e o resultado deste, inevitavelmente, incorreria no progresso da nação portuguesa. Nesse sentido, suas ações ministeriais e até ditadoras, tinham o foco de promover o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do país. Dessa forma, em 1755 foi criada por Decreto Real a Junta do Comércio, cujas principais funções eram a organização e regularização do comércio, além de estimular, criar e administrar novas fábricas (Gonçalves, 2010)

Contudo, o Marquês foi perspicaz em observar que os comerciantes portugueses não tinham o conhecimento das práticas administrativas e contábeis, fato que os tornavam dependentes da

contratação de estrangeiros e tal situação os deixavam em desvantagem em relação aos seus concorrentes europeus. Então, dentre as providências já implementadas, a que foi incisiva para solucionar o cerne da questão e tornar o país independente e forte, foi a criação e implantação, em 1759, da primeira escola de comércio, denominada Aula do Comércio, cujas disciplinas a serem instruídas eram: Aritmética, Pesos, Medidas, Câmbios, Fretamento, Seguro Marítimo e Contabilidade por Partida Dobrada (Estevens, 2000 ; Faria, 2011; Pereira, 2006 ; Rodrigues, Craig e Gomes, 2010).

A Aula do Comércio foi importante tanto na reforma administrativa comercial quanto educacional, haja vista que o ensino estava ligado às ordens religiosas e à Universidade. Tanto que alguns anos após sua fundação os contabilistas estrangeiros foram aos poucos substituídos por contabilistas portugueses, os quais exerciam a atividade contábil tanto nos escritórios comerciais, como também em instituições públicas. A reforma contabilística empreendida por Marquês de Pombal, incluiu a extinção da “Casa dos Contos” e conseqüentemente, a criação do “ Erário Régio”, no qual deveria ser aplicado o MPD à contabilidade pública portuguesa (Rodrigues, Craig e Gomes, 2003b: p.102).

1.5 O método das partidas dobradas no Brasil

A história do Brasil tem seu início no porto do Rio Tejo, em Lisboa, na data de 9 de março de 1500, com a partida dos 13 navios que compunham a frota comandada pelo fidalgo chamado Pedro Álvares Cabral que, em 21 de abril de 1500 teria avistado o que seria as terras brasileiras. A história da Contabilidade no Brasil também se inicia com a partida dessa frota, pois segundo Sá (2008) “*era uso e costume as expedições marítimas possuírem na tripulação um profissional da escrita, a de Cabral trouxe quem seria o primeiro contador estrangeiro a aportar em terras Brasileiras e que foi Pero Vaz de Caminha*” (p. 20).

Inicialmente, a Coroa Portuguesa tinha como único objetivo a exploração do Pau Brasil, além de realização de patrulhas pela costa brasileira, no entanto, havia constantes ameaças de invasões pelos Franceses. Diante dessas ameaças a Coroa começou a tratar de forma diferente a terra descoberta e a partir de 1530 buscou formas de blindar as riquezas da nova terra contra

as invasões estrangeiras e criou em 1534 as Capitânicas Hereditárias¹⁷ (Silva e Assis, 2015: p. 37). No âmbito da história contábil, para Sá (2008: p. 24) essa forma de colonização influenciou a história contábil, pois:

“O regime que se seguiu, estabelecendo as capitânicas hereditárias, sobre a repartição do Brasil em autênticos feudos impunha naturalmente, controles contábeis específicos, descentralizados em relação à coroa, mas a ela ligados por processos de prestação de contas (Sá, 2008: p.24)”.

Com foco de manter firme o controle sobre a Colônia-Brasil e pelo fato da Coroa já ter conhecimento de que a contabilidade era uma aliada essencial para isso, aquela designou para Colônia contadores e guarda livros. Desse modo foram nomeados, no ano de 1549, o 1º contador e o 1º Guarda Livros para o Brasil, sendo, respectivamente, Gaspar Lamego e Bastião de Almeida (Sá, 2008)

Embora a Contabilidade tenha aportado em terras brasileiras, em 1500, junto com a frota de Cabral, oficialmente, a chegada do MPD tornou-se evidente a partir da chegada da Família Real com a transferência de toda Corte Portuguesa para o Brasil no ano de 1808. Segundo Silva e Assis (2015, p. 38) junto com a Família Real vieram vários intelectuais franceses, muitos deles da área contábil, os quais foram expulsos de sua pátria pelo governo de Bonaparte, o que contribuiu para a evolução dos conhecimentos no Brasil, visto que a França nessa época detinha o domínio literário com o declínio Italiano.

De acordo com Boris (1996, p. 75):

“Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo,

¹⁷ Capitânicas Hereditárias que consistia em dividir o território em grandes faixas e entregar a administração particular Silva e Assis(2015: p.37). Na explanação de Boris(1996: p.24) o Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Houve muita confusão no embarque, e a viagem não foi fácil, mas não podem ocultar o fato de que, a partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta nas relações entre a Metrópole e a Colônia.”

Figura 1: Representação iconográfica de toda a Família Real Portuguesa embarcando para o Brasil em 1807.



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon554830/icon554830.jpg. Consultado em 30/05/2019.

Primeiramente, a Família Real aportou na Bahia e mesmo sendo breve a sua estada Dom João VI decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Posteriormente, a Corte transferiu-se para o Rio de Janeiro e no mês de abril o príncipe regente executou medidas importantes, tais como, a revogação dos decretos que proibiam a instalação

de manufaturas na Colônia, isenção de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, além de ter encorajado a invenção e introdução de novas máquinas (Boris, 1996).

Tais medidas impulsionaram o desenvolvimento social naquele período, que resultou numa expansão da atividade colonial, o que provocou um aumento nos gastos que em contrapartida exigia um melhor controle das contas públicas. Para isso foi implantado, nos moldes que funcionava em Portugal, o órgão denominado Erário Régio através do alvará de 28 de junho de 1808. O órgão era incumbido de fazer toda arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal da Real Fazenda do Brasil e dos domínios ultramarinos de Portugal. Era composto por um Tesoureiro-mor, um escrivão da Receita e três contadores gerais. Naquele Alvará D. João VI determinou o método de escrituração a ser utilizado na Contabilidade do Erário Régio (Silva,2005).

Alvará de 28 de junho de 1808

I - Para que o methodo de escripturação e fórmulas de Contabilidade da minha real fazenda não fiquem arbitrários, e sujeito a maneira de pensar de cada um dos contadores Gerais, que sou servido criar para o referido Erário: - ordeno que a escripturação seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o maneo de grandes somas, como por ser a mais clara, e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

Dessa forma constata-se que desde o descobrimento até o Império, as medidas administrativas que eram criadas na metrópole deveriam, posteriormente, ser implantadas na Colônia-Brasil e assim algumas estruturas foram surgindo, tais como a criação do Erário Régio e os seus regulamentos e leis que deveriam reger esse órgão público Real. Desse modo este Alvará de 1808 faz a primeira referência oficial da introdução do Método das Partidas Dobradas no Brasil (Silva, 2005). Todavia, a expedição de um documento da Coroa não significava que era realmente cumprido na Colônia, pois o Relatório Ministerial dos Negócios da Fazenda de

1913¹⁸, cujo período já era a República, nos afirma que, provavelmente, em sua maioria, o método das partidas dobradas não era de fato adotado pelos órgãos públicos, conforme nos comprova os trechos dos Relatórios Ministeriais dos Negócios da Fazenda, abaixo, transcritos:

Thesouro Nacional

(...)

“A escripturação da despesa e receita ressentia-se de graves defeitos que impediam um prompto conhecimento da situação do Theesouro.

Este mal provinha de defeito de escripturação cujo systema não correspondia Às necessidades actuaes, nem podia conduzir a uma noção exacta do estado da despesa e da receita publica.

Já ha muito, há mais de um século, se cogita em adoptar o systema de partidas dobradas para escripturação do Thesouro(grifo nosso).

As tentativas feitas neste sentido não produziram resultado: ou por falta de persistência ou por espirito de rotina, nada se conseguia de notável neste sentido.

*Empreendi realizar este melhoramento e nesta intenção incumbi o Dr. Carlos Claudio da Silva, chefe da Contabilidade da Caixa de Conversão, de organizar este trabalho, **modelando-o pelo que se acha adoptado no Estado de S.Paulo(grifo nosso).***

Depois de ter examinado no Thesouro do Estado de S.Paulo, que gentilmente facultou a este Ministerio os elementos necessarios, foi solicitado o concurso de dois funcionários daquele Estado para dar execução ao serviço.

Auxiliada com empregados de Fazenda, a comissão deu inicio aos trabalhos, e em breve estavam concluídos, podendo portanto, no anno vindouro, iniciar a escripturação pelo systema de partidas dobradas, de que advirá para o Thesouro e para a administração publica as maiores vantagens.”

Fonte: Relatórios Ministeriais dos Negócios da Fazenda(1913-I:p.8): disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=0&m=93&s=0&cv=7&r=0&xywh=-314%2C778%2C2520%2C1778> Consultado em 03/06/2019.

Apesar da existência de um Alvará Real datado de 1808, o método das partidas dobradas ainda não era efetivamente praticado por todas as repartições da Fazenda Nacional. Dessa forma, após uma reforma na escripturação do “Thesouro” Nacional, o jovem Governo Central

¹⁸ Relatório Ministerial dos Negócios da Fazenda(1913-II:p.1-8): disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=0&m=93&s=0&cv=1&r=0&xywh=-77%2C1074%2C2329%2C1643> Consultado em 03/06/2019.

da República (1891) emitiu, em 1919, a “Instrução sobre Contabilidade Pública - Escriuração por Partidas Dobradas”, com objetivo de institucionalizar e padronizar a escrituração na Contabilidade Pública pelo MPD, conforme nos afirma o Relatório Ministerial dos Negócios da Fazenda abaixo transcrito:

Instrução sobre contabilidade publica – escriuração por partidas dobradas

Grave defeito, desde muito, se deparava na contabilidade publica, consistente na forma de escriuração em uso no Thesouro e nas demais repartições da Fazenda Nacional. Ella não obedecia com precisão a nenhum dos systems admittidos, e, o que é peor, não se observava uniformemente o mesmo preceituário em todas as repartições.

Desde 1808, por alvará de 28 de junho, ordenára se a adopção, na contabilidade da fazenda pública, da escriuração mercantil por partidas dobradas, “ *por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes somas, como por ser a mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconda a malicia e fraude dos prevaricadores*”.(grifo nosso)

(...)

Nos últimos tempos, tem-se cuidado do restabelecimento da antiga e acertada prática. A regulamentação do Thesouro Nacional, effectuada sob a orientação do sr. Dr. Bulhões, por decreto n.7.751, de 23 de dezembro de 1909, reafirma a permanência do methodo das partidas dobradas com prescrever a sua adopção para os assentamentos da fazenda publica. Dispõe assim o seu art.350: “A directoria da contabilidade fará escriurar todas as operações de contabilidade que se realizarem no tesouro, nas delegacias do tesouro, nos Estados e no estrangeiro e em todas as estações em que estiver lugar arrecadação da receita da fazenda, observando-se o systema de partidas dobradas, adoptado no acto de 26 de abril de 1832”.(grifo nosso)

Ainda assim, não teve immediata applicação esse dispositivo. Foi na gestão do sr. Dr.Rivadavia que se lhe deu inicio, pela nomeação de uma comissão que planejou e encetou, de novo, no Thesouro a escriuração por partidas dobradas. Proseguiu na mesma directriz o dr. Calogeras que consignou por definitivo este systema para a contabilidade publica e determinou fosse posto em pratica na Delegacia Fiscal de Minas-Geraes. De accôrdo com o mesmo ponto de vista, o sr. Dr. Antonio Carlos mandou organizar instruções e modelos apropriados para adopção da escriuração por partidas dobradas, nas delegacias fiscais e demais repartições arrecadadoras e pagadoras da União, árdua tarefa de que foi incumbido o escripturario do Thesouro Nacional , provector contabilista, sr. João Ferreira de Moraes Junior. Taes instruções e modelos, revistos e aprovados já em vosso governo (portaria ministerial de 2 de setembro),

*foram expedidos por decreto n.13.746 de 3 de setembro de 1919.(grifo
nosso)
(...)*

Fonte: Relatórios Ministeriais dos Negócios da Fazenda(1919-I : p.390 à 393): disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=0&m=93&s=0&cv=7&r=0&xywh=-314%2C778%2C2520%2C1778>
Consultado em 03/06/2019.

1.5.1 Escrituração por partidas dobradas em Mato Grosso

A região interiorana da Colônia foi desbravada pelos bandeirantes paulistas no final do século XVII, mas somente em 1718, o bandeirante Pires de Campos aportou o que hoje é Mato Grosso. Entretanto, somente em 1719, que o bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu as minas auríferas em território mato-grossense. Para cobrar os impostos em nome da Coroa portuguesa e estabelecer justiça, organizou-se o primeiro arraial e Pascoal foi aclamado seu Guarda-mor pelos bandeirantes mineiros, ficando à frente dos trabalhos administrativos e fiscais, embora sua nomeação oficial só tenha ocorrido em 1723 por ordem do Capitão-General da Capitania de São Paulo, cuja capitania a nova mina fazia parte (Siqueira, 2017)

A referida administração fiscal não era evoluída como na metrópole, isto é, na época em questão a “contabilidade” do ouro extraído, demonstra ter sido de uma forma verbal, não havendo indícios nem da existência de registros contábeis, nem da utilização do método das partidas dobradas, conforme pode ser concluído pela análise do trecho do Annaes de Cuyabá (1719 -1830: p. 50) transcrito abaixo:

(...)

Os primeiros quintos de ouro que nestas minas se cobraram para El-Rei foram os que arrecadou Paschoal Moreira Cabral, desde que se começou a minerar até este anno de 1723, que era a duas oitavas e meia por cada anno de toda a pessoa que trabalhava em qualquer officio que fosse, assim brancos como negros, e indios; e fez esta lotação o mesmo Paschoal Moreira, regulando-se pelas Minas Geraes, aonde se pagou o mesmo em seus principios, e tudo arrecadou com muito zelo e cuidado, e apurou quatro arrobas de ouro, que enviou pelo dito padre André dos Santos para a provedoria de S. Paulo.

*Até este tempo não houve mais justiça nestas minas que o guarda-mór Paschoal Moreira Cabral, que as administrou na forma do assignado que lhe fizeram e já fica copiado. **Repartia as lavras, accommodava as contenddas que por ellas havia, fazia pagar dividas, julgava as contenddas e demandas que se moviam, tudo verbalmente, sem que houvesse forma alguma de processo(grifo nosso), com tanta prudencia, accordo e agrado das partes, que todas lhe ficavam obrigados, tanto os vencedores como os vencidos. Era paulista dos bons, homem chão, sem letras, pouco polido, de agudo entendimento, sem maldade, sincero, caritativo por extremo, servia e remediava a todos com o que tinha e no que podia, esperto na milicia dos sertões e no exercicio de minerar pelo ter já exercitado nas Minas Geraes, valoroso e constante no trabalho; falleceu nesta villa e jaz sepultado na igreja matriz della e deixou um filho do mesmo nome, que depois da morte do pae veio a estas minas e voltou para povoado.***
(...)

Fonte: Annaes do Senado de Cuyabá (1719-1830: p.50) - disponível em [http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes do sennado da camara do cuiaba.pdf](http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes_do_sennado_da_camara_do_cuiaba.pdf). Consultado em 07/07/2019.

No decorrer da leitura do referido Annaes (1719-1830), somente no ano de 1769 foi mencionado a palavra registro, depreendendo que havia ocorrido mudanças na forma de controle, o qual já não era mas verbalmente e que se fazia registros em documentos, mas não evidência qual método de registro se utilizava à época. O documento que se registrava por escrito mencionado era denominado de “Livro do Registro das Provisoes”, conforme consta em outro trecho do Annaes de Cuyabá (1719-1830 : p.95) abaixo transcrito:

(...)
*No primeiro de Janeiro entrou em Mato Grosso, e tomou posse do Governo destas Capitancias, vindo pela monssão do Pará o Excellentissimo General Luis Pinto de Soiza Coitinho, e logo expedio ordens a Provedoria da Fazenda desta Villa para que senão pagassem mais Portarias, que erão muitas as que havião nestas Minas. Fes lavrar hum Bando em Villa Bella com data de sete de Janeiro do mesmo anno, que foi publicado nesta Villa no dia 19 do dito mês, **e se acha registado nesta Camara no Livro do Registro das Provisoes a f.55 té f.56 em que determinava, que todos os credores da Real Fazenda apresentassem na Provedoria de Mato Grosso(grifo nosso) / no precizo termo de tres mezes os desta Villa / os seos documentos correntes, para se qualificarem na conformidade das Reaes ordens, em observancia do que assim se executou, e forão reduzidas as ditas Portarias a huns valles na forma que nessa ocazião se estabaleceo, dandose estes aos credores em diferentes quantias, quantos erão precizos a prefazer a correspondente as suas dividas.***

(...)

Fonte: Annaes do Senado de Cuyabá (1719-1830, p. 95) - disponível em [http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes do sennado da camara do cuiaba.pdf](http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes%20do%20sennado%20da%20camara%20do%20cuiaba.pdf)
Consultado em 07/07/2019.

Os “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)*” datam seu término em 1830 e os Relatórios Presidenciais da Província de Mato Grosso datam seu início em 1835 e o intervalo de 5 anos do término de um e início do outro não se teve conhecimento de sua existência. Desse modo, as análises seguintes serão subsidiadas pelos Relatórios Presidenciais provinciais de Mato Grosso. Nesses relatórios foram constatadas algumas palavras contábeis, tais como “Balanço”, “Receita”, “orçamento” e “empenho”, depreendendo que a contabilidade já poderia estar inserida nos procedimentos administrativos do governo mato-grossense, porém, não foram encontradas evidências concretas quanto a escrituração dos registros contábeis e os métodos utilizados. Segue abaixo os trechos do Relatório Presidencial Provincial de Mato Grosso (1835, pp. 5-11) com tais indícios:

(...)

Os Estabelecimentos de Caridade são os de S. João dos Lazaros, e o Hospital de Nossa Senhora da Conceição da Misericordia desta Capital, e muitos que existem na Provincia.

*Os fundos, que se dispoem a favor delles, são os juro de 5 por cento do Capital de 61:856\$020 reis tomados pela Fazenda Publica por emprestimo do Legado deixado por Manuel Fernandes Guimarães, cujo arbitrio foi approvedo pela Carta Regia de 6 de junho de 1814: alem destes tem outros pequenos reditos provenientes de predios, serviços de escravos, e dividas a Administração, que consta de huma Mesa composta do Presidente da Provincia em qualidade do Director geral: de hum Inspector: hum Thesoureiro, que serve de Procurador geral: hum escrivão da **Receita e Despeza**, que serve de Enfermeiro-mor: e de hum Advogado Fiscal: todos estes a excepção do Escrivão servem sem edispendio algum. **Não tem estatutos**, e só he governado até o presente pela referida Mesa, e ordens do Governo, que a cada passo **sofrem alterações** conforme as circunstancias.*

*He verdade que as suas rendas não tem sido desaproveitadas: todavia **huma nova reforma**, ditada pela vossa sabedoria, levaria estes dois Estabelecimentos ao grão da sua necessaria perfeição: e até porque nem sempre **se encontrão pessoas habéis** que por **philantropia se prestem para taes Empregos.**(grifo nosso)*

(...)

Fonte: Relatórios Presidenciais Provinciais: Mato Grosso(1835:p.5) - disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=0&s=0&cv=10&r=0&xywh=-1792%2C74%2C5167%2C2417> Consultado em 07/07/2019.

(...)

O Balanço da Receita e Despeza que tenho a honra de apresentar-vos mostra tudo quanto se arrecadou e despendeu-se no anno financeiro de 1833 à 1834: e pelo orçamento que igualmente vos apresento, os impostos que se tem de arrecadar, e as despesas para o anno financeiro de 1836 à 1837 n.10. (grifo nosso)

*He pois aproveitando-me das luzes, que a vossa sabedoria tem de derrubar sobre huma tal materia, que eu me aventuro a pedir-vos, que desde ja vos **empenheis** com efficacia neste importante ramo d'administração publica, dissipando os abusos com Legislação analoga, e que igualmente sirva de despertar aos Collectores e Agentes destas arrecadações, que por negligencia ou ommissão deixão por cobrar huma não pequena parte dos impostos, que muito augmentarião as Rendas da Provincia. (grifo nosso)*

(...)

Fonte: Relatórios Presidenciais Provinciais de Mato Grosso(1835:p.11) - disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=0&s=0&cv=10&r=0&xywh=-1792%2C74%2C5167%2C2417> Consultado em 07/07/2019.

A partir de 1846 surgiu indício de que existia uma Instrução Imperial expedido em 1832 referente ao processo de escrituração da contabilidade, mas não estava explícito a forma como deveria ser essa escrituração, mas estava claro no relatório que na Repartição da Província de Mato Grosso que a forma de processar a escrituração da sua contabilidade estava em desacordo com a Instrução Imperial de 1832 (Instrucção do Tribunal do Thesouro de 26 de Abril de 1832), pois o relator do referido relatório reiterou que a Repartição não seguia as instruções e nem as modificações nela expressas, mas se justificou que o sistema simples de escrituração e que ali se processava era o mesmo desde a sua instalação (1835), mas nem por isso deixava de haver precisão, clareza e autenticidade, conforme pode ser lido no documento transcrito:

ADMINISTRAÇÃO DAS RENDAS PROVINCIAES

*Esta Repartição, encarregada d'arrecadar, distribuir e fiscalizar os Reditos da Provincia, foi **creada pela Lei N.10 de 12 d'Agosto de 1835** sob o titulo de Contadoria Provincial com 1 Contador, 1 Official-maior, 1 Thesoureiro, 1 Procurador Fiscal e 1 Escripturario, alem do Porteiro depois admittido, e*

*effectivamente estabelecida em Setembro de 1836; mas o lugar de Procurador Fiscal só esteve provido de 28 de Novembro de 1838 a 10 d’Abril de 1839, em que foi supprimida a gratificação de 150\$ reis, anteriormente autorizada pela Lei d’Orçamento de 1838 e 1839, sendo que este empregado he evidentemente indispensavel tanto para promover o contencioso e advogar as causas da Fazenda Provincial, como para que tenham lugar as sessões semanarias determinadas pelo Art.6º da Lei. O Art.7º, **que manda processar a escripturação e contabilidade segundo as Instruções do Tribunal do Thesouro de 26 d’Abril de 1832, não tem sido observado, nem ao menos com as convenientes modificações, sem que com tudo deixe de haver a precisa clareza e authenticidade no systema muito mais simples que a Repartição adoptou desde a sua installação.** O Livro de Caixa de Receita e Despeza he escripturado de modo que dispensa o diario e o Livro auxiliar da Receita ordinaria e extraordinaria. O Livro mestre, em que se deve reunir e classificar, segundo a sua natureza ou denominação, todas as contas lançadas por ordem de data no diario, tem sido suprido por cadernos avulsos, que servem para organização dos balanços e orçamentos, e ficam archivados; mas esta pratica deve cessar, por que, ao passo que não simplifica de modo algum a escripturação, não offerece a mesma garantida d’exactidão que o Livro Mestre. (grifo nosso)*

Fonte: Relatório Presidencial Provincial de Mato Grosso(1846:p.36-37)- disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=11&s=0&cv=35&r=0&xywh=-1952%2C0%2C5183%2C2424> Consultado em 03/06/2019.

Contudo, o cenário das Rendas Provinciais, mencionado no parágrafo anterior, ainda perdurou por quase um século, isto é, no Brasil República, o cenário da escrituração da contabilidade de MT ainda era mesma, pois na análise da “Mensagem da Assembléia Legislativa de Matto-Grosso (1909), o relator expressou – “ ... *Esses documentos, pela sua deficiencia, denotam não só grande atrazo da escripturação do Thesouro, como mesmo defeitos de ella se resente...*” (grifo nosso). Por fim, o método das Partidas Dobradas só foi, devidamente adotado nas contas públicas de MT em 1920 e sua adaptação passou por intercorrências internas, inicialmente, pela inexistência de pessoal especializado e, posteriormente, foi agravado pela insuficiência de quantitativo de pessoal, fatos que resultaram em atrasos das remessas dos balanços ao “Thesouro Nacional”, conforme constatado nas linhas expressas, tanto na Mensagem da Assembléia de MT do ano de 1920 quanto nos Relatórios Ministeriais dos Negócios da Fazenda datado de 1922 e abaixo transcritos:

Thesouro do Estado

“Ponto importante desse programma financeiro, foi também a reforma do thesouro do Estado, onde, conforme se exprime o Dr. Secretario da Fazenda, reinava verdadeira anarchia no que diz respeito à contabilidade.

Não existia nenhum systema regular de escripturação, faltavam os principaes registros e faziam-se mesmo lançamentos em folhas avulsas que muitas vezes desapareciam: impossivel assim conhecer a real situação do Thesouro.

Resumia-se toda escripta, ao fim de cada exercicio financeiro, na organização de um balanço em que apenas figuravam a renda arrecadada e a despesa paga, sem referencia alguma às despesas por pagar, de modo que jamais se poderia saber si no exercicio houvera saldo ou deficit, e muito menos, qual o ativo e o passivo do Estado.

No intuito de remediar tão graves anomalias, foi que em virtude da auctorização constante do art.5 da Resolução n.791 de 12 de Agosto de 1918, o Governo contractou um profissional, com o fim de remodelar aquella escripturação pelo systema de “Partidas Dobradas”, de forma a so poder conhecer, com promptidão e segurança, a situação do Thesouro e quaesquer detalhes do movimento financeiro.

Infelizmente o referido profissional exgotou o prazo do contracto, sem que se pudesse colher o fructo esperado.

Então foi que, por indicação do competente e zelosos Inspector do Thesouro, Major Ovidio Corrêa, a Secretaria da Fazenda, empenhada em levar avante o utilissimo serviço, confiou o mesmo ao intelligente funcionario daquela Repartição, o escripturario Eurico de Campos, que mui satisfactoriamente vem desempenhando a importante commissão.

Acha-se já iniciada, no corrente anno, a escripturação por partidas dobradas, tendo sido também a das collectorias completamente reformuladas, com o optimo successo que ficou acima comprovado.”

Fonte: Relatório Presidencial Provincial de Mato Grosso(1920:p.123/124) - disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=93&s=0&cv=122&r=0&xywh=-2571%2C0%2C7204%2C3371>
Consultado em 03/06/2019.

Matto Grosso- Aham-se em atraso alguns dos serviços da Delegacia, como o de tomada de contas e o de tombamento dos proprios nacionaes.

O seu pessoal, embora augmentado por força de decreto n.15.218, de 29 de dezembro de 1921, não é ainda sufficiente, segundo informa o delegado, “para manter em plena execução os encargos de que se acha a mesma onerda, accrecidos com o serviço de escripturação por partidas dobradas, que exige elevado numero de funcionarios”.

Aliás, a reforma advinda daquelle decreto, em vez demelhorar, tornou peor a situação da Delegacia, no que concerne ao pessoal, porque facilitou a sahida, para outras repartições, de empregados já conhecedores do

serviço, substituídos por officiaes aduaneiros extintos e funcionarios addidos de diversos ministerios, sem nehuma pratica nem conhecimento das novas obrigações que passaram a desempenhar.

Sobre a seccão de escripturação por partidas dobradas, escreve o delegado:

“ Vangloria-se esta Delegacia, e com justa razão, de ser uma das primeiras em que o novo methodo dessa escripturaçã foi applicado, pois que data o seu início de 1920, com a circumstancia, altamente digna de nota, de ter sido adoptada, e assim continua, com o seu proprio pessoal, sem intervenção de funcionarios de outra repartição, nem orientação de technicos especializados, designados pela Contadoria Central da Republica, como para o desempenho de tal trabalho vem se procedendo em muitas outras. No anno, porém, a que se refere esta exposição, por vários motivos, cada qual o mais ponderoso, como terei oportunidade de demonstrar linhas abaixo, a remessa de balanços para o Thesouro Nacional soffreu não pequeno atraso, que felizmente hoje, com as medidas adoptadas, desapareceu, voltando a normalidade de outr’ora, conforme tive ocasião de dizer aquella Contadoria Central, por officio n.127, de 13 de agosto findo”.

Fonte: Relatórios Ministeriais dos Negócios da Fazenda(1922:266/267) – disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=0&m=101&s=0&cv=265&r=0&xywh=-1449%2C-1%2C4801%2C3387>
Consultado em 03/06/2019.

Capítulo II – Estudo empírico: estudo de caso na Diocese de Cuiabá

Neste capítulo, com duas seções, contêm a descrição da metodologia de investigação utilizada e a realização da análise empírica. A primeira está subdividida em três subseções para fins de expor, de uma forma coesa, os caminhos delineados a serem percorridos para que seja possível responder aos objetivos específicos e assim atingir o objetivo principal do estudo. Dessa forma, inicia-se com a apresentação da fundamentação dos objetivos específicos de investigação, o enquadramento metodológico e os métodos de investigação utilizados, bem como a forma de coleta de dados e o enquadramento teórico da análise dos dados.

Posteriormente, realiza-se o estudo empírico da organização contábil da Diocese de Cuiabá, compreendido no período de 1826 a 1889. De forma a atingir o objetivo proposto, a seção possui quatro subseções. Na primeira contextualiza-se, historicamente, a expansão eclesial e seu papel efetivo junto a administração imperial e a população. Em seguida, apresenta-se a forma como se germina uma instituição eclesial católica apostólica, a sua estrutura e hierarquia. Logo após, expõem-se a caracterização da Diocese de Cuiabá e por último, dá-se a conhecer e a analisar de forma interpretativa a organização contabilística da instituição, bem como o resultado encontrado.

2.1 Fundamentação dos objetivos de investigação

Tendo em vista a expressão de Rorigues *et al.* (2003) que “*pouco ou nada se conhece sobre a adoção do método da partida dobrada quer seja no setor público ou privado*” (pp.95-128), que somados ao fato de ter sido um religioso (frade) que redigiu a obra que continha esse método contabilístico e aquela completar-se-á, em 2019, 525 anos de impressão e publicação e demais eventos locais, tais como a celebração dos 300 anos de fundação da cidade de Cuiabá e que a Arquidiocese de Cuiabá é uma instituição religiosa cristã de extrema relevância histórica para comunidade cuiabana, é que essa investigação tem como objetivo geral desvelar o enredo histórico das práticas contabilísticas nesta instituição eclesiástica cristã, com o objetivo principal de identificar se nela havia sido adotado o método contabilístico das partidas dobradas. Para isso foi proposto estudar a organização contabilística da Diocese de Cuiabá no período delimitado.

Através da análise dos livros de registros pretende-se ter conhecimento de qual método de registro que era aplicado, bem como obter a compreensão do modo como administravam e

controlavam os bens, as receitas e despesas. Deseja-se que o resultado dessa investigação possa contribuir, não somente com o conhecimento da disciplina história da contabilidade, cuja inclusão dessa disciplina na matriz curricular do curso Ciências Contábeis, no Brasil, além de recente é optativa, mas também em acrescer com o conhecimento sobre a vida eclesiástica. Para alcançar os resultados apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

O1: Conhecer qual o tipo de organização contábil da Diocese de Cuiabá no período de 1826 à 1889

O período em estudo está enquadrado na época em que o Brasil havia se tornado um Império (1822). Todavia, a sua organização administrava seguia os moldes da antiga metrópole (Portugal). Em 1808 havia sido expedido um Decreto Real que instruíra o dever de se escriturar pelo método das partidas dobradas. Tendo em vista que a Diocese funcionava como uma repartição estatal do governo imperial, faz-se necessário conhecer o tipo de organização contábil que era produzido, haja vista que a Diocese de Cuiabá era uma instituição eclesiástica e “independente”, logo, deveria receber orientação regimental expedida por Santa Sé (Roma).

O2: Identificar quais foram as principais motivações para a implementação do método das partidas dobradas

O método das partidas dobradas é uma técnica contábil milenar que se aprimorou ao longo dos anos e é utilizada, universalmente, até os dias atuais. Dessa forma, pretende-se demonstrar, historicamente, a “metamorfose” ocorrida na milenar técnica de escrituração até o momento em que se designa método das partidas dobradas, bem como as motivações que a levaram a ser implantada por qualquer entidade.

2.1.1 Metodologia de investigação

As razões importantes para o progresso da história da contabilidade foram os desejos em documentar e expor as mudanças nos registros contábeis e investigá-las num determinado ambiente e lapso temporal apontam para um estudo de caráter histórico. Todavia, o processo que será utilizado nas investigações em história depende de como o investigador trata a natureza do fenômeno, pois este influencia a forma como será obtido o conhecimento sobre o fenômeno investigado (Napier, 2006).

Dessa forma, Gomes e Rodrigues (2009) realizaram um estudo e como resultado do mesmo, apontaram que as metodologias de pesquisa a serem utilizadas nesta área de investigação foram: investigação em arquivo, investigação narrativa e interpretativa, investigação quantitativa, estudo de caso, análise de conteúdo e história oral e visual. Por outro lado, Lopes e Martins (2013) afirmam que, em relação aos trabalhos científicos em contabilidade, a escolha de um método em pesquisas na área contábil está longe de ser uma questão meramente científica e técnica, pois possui raízes profundas no ambiente social e na força exercida pelas instituições locais e tais fatos desmistificam a visão de superioridade de um método sobre outro.

Nesse contexto a presente investigação é um estudo de caso e consiste na análise empírica da escrituração contabilística de uma instituição eclesiástica cristã: Diocese de Cuiabá-MT. Para tal irá abranger a vertente de se analisar a prática contábil como mera técnica contabilística e será sobre os livros quem contém registros de sua receita e despesa, dos quais serão investigados a natureza da informação contabilística preparada pela mesma, para fins de compreender e explicar as práticas contábeis identificadas e alcançar o cerne do presente estudo que é averiguar se os livros foram escriturados pelo método das partidas dobradas.

O presente estudo constituiu-se de uma análise qualitativa, de cunho interpretativo, da amostra documental existente. Sendo o pesquisador o instrumento-chave num ambiente natural que é a fonte direta para coleta de dados, buscou produzir informações que correspondessem ao vínculo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser traduzidos em números, além de serem isentas da pretensão de identificar verdades absolutas a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados (Silva e Menezes, 2001)

De acordo com os objetivos a pesquisa é exploratória-descritiva. Exploratória devido ser uma investigação que procurou expor uma visão geral do objeto em estudo, com objetivo de familiarizar o problema e torná-lo mais explícito ao ambiente contábil. Descritiva por descrever sistematicamente uma situação ou fenômeno revelando a estrutura, o comportamento do

fenômeno embasado numa compreensão holística do objeto de pesquisa, possibilitando explorar e descrever o estado da contabilidade da Diocese de Cuiabá respondendo os objetivos específicos para fins de atingir o objetivo principal da investigação (Richardson, 2015).

A modalidade da presente pesquisa é documental e bibliográfica. Documental devido ter buscado informações em documentos que ainda não haviam recebido tratamento analítico, isto é, em fontes primárias. Bibliográfica, pelo fato de ter-se remetido às fontes secundárias, ou seja, recorreu-se às contribuições de diferentes autores que versaram sobre os temas que envolvem o objetivo principal do presente estudo, as quais são provenientes de uma revisão bibliográfica de livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e *ebooks*.

2.1.2 Fontes de arquivo

Para realização deste estudo de caso recorreu-se às fontes de arquivo relacionadas ao período em análise, as quais estão salvaguardadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá¹⁹ (ACMC), do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), ambos localizados na cidade de Cuiabá. Outras fontes consultadas estão digitalizadas e disponíveis no *site*, de livre acesso, denominado *Center for Research Libraries (CRL)*²⁰. O conjunto de documentação de fontes primárias levantadas e consultadas, constituem-se de documentos oficiais, civis e eclesiásticos, cartas, correspondências enviadas e recebidas, recibos etc, onde o documentos oficiais de autoridades civis - os Relatórios dos Presidentes do Estado de Mato Grosso- , também estão digitalizados e disponíveis no CRL²¹.

Paralelamente, a organização contábil da Diocese de Cuiabá foi contextualizada com as contribuições decorrentes de diferentes autores que versam sobre temas relacionados ao objetivo do presente estudo, as quais são provenientes de uma revisão bibliográfica de livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e *ebooks*.

¹⁹ Cúria Metropolitana de Cuiabá – atual Sede Metropolitana de Cuiabá ou Arquidiocese de Cuiabá, a qual nos primórdios de sua história era designada Diocese de Cuiabá.

²⁰ *Center for Research Libraries*: O Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL) é um consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas independentes de pesquisa. Fundada em 1949, a CRL apóia a pesquisa original e o ensino inspirado em humanidades, ciências e ciências sociais, preservando e disponibilizando aos estudiosos uma variedade de materiais de fontes primárias raras e incomuns de todas as regiões do mundo.

²¹ Site: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=country%3ABrazil>
Consultado em 20/07/2019

2.1.3 Enquadramento teórico

A presente pesquisa se enquadra na percepção da Nova História da Contabilidade, pois se concentrou nos movimentos relacionados às mudanças econômicas e sociais e em setores que “não tinham história”, como é o caso as instituições eclesiais. Segundo Potter (2005) *“estudos dessa natureza refletem uma crescente preocupação por compreender os processos e consequências das mudanças em contabilidade em circunstâncias específicas”* (p. 266). Fatores temporais e locais influenciam de tal forma que chegam a obter a capacidade de moldar a contabilidade às circunstâncias particulares, fatos que consideram a contabilidade como uma prática social e institucional.

Desse modo, a investigação é fundamentada na teoria institucional, tende a reconhecer os interesses ocultos por detrás das instituições, as quais repondem a pressão institucional e desta resulta na decisão de adotar determinada prática, o que pode ocasionar insatisfações e conflitos em seus membros e nesse contexto a teoria tende a ajudar a explicar as mudanças em um sistema contabilístico (Irvine, 2005).

Dessa forma e à luz desse enquadramento, isto é, sob a perspectiva da nova história da contabilidade, com a finalidade de alcançar o objetivo principal que é identificar se a Diocese de Cuiabá utilizou o método das partidas dobradas em seus registros contábeis, buscou conhecer a sua organização contábil dentro do seu contexto social, econômico e político. Para isso, deter-se-ia na análise dos documentos no livro principal de uma instituição, dos quais ter-se-ia a informação sobre a prática contábil aplicada. Dessa forma, através do “Livro de Receita e Despesa”, buscou conhecer a sua organização contábil dentro do seu contexto social, econômico e político, tal como descrito no capítulo posterior.

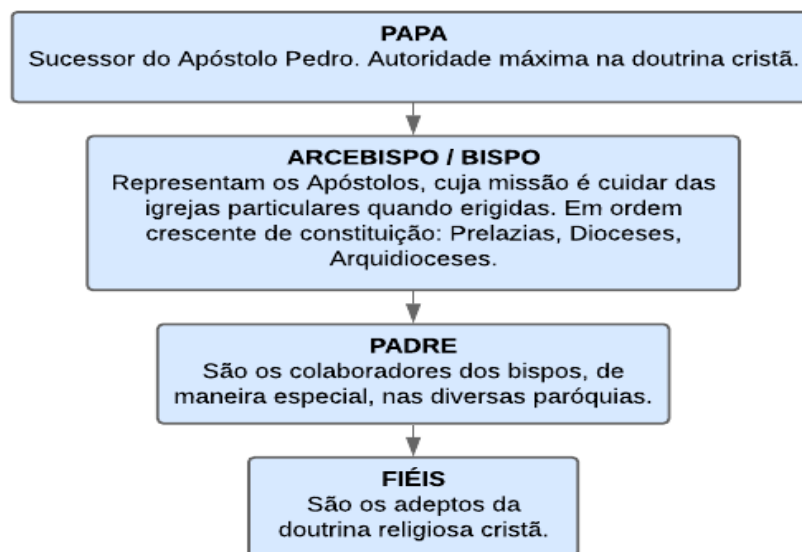
2.2 Estrutura hierárquica institucional eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana

Embora o foco do presente estudo seja identificar se a escrituração contábil da Diocese de Cuiabá estava escriturada pelo método das partidas dobradas dentro do período delimitado,

fez-se necessário ter uma compreensão geral da estrutura administrativa eclesial, pois os seus registros são resultados das atividades de seus administradores e para isso deve-se considerar os seus objetivos, a sua lógica, a sua ramificação e a sua hierarquia, bem como a reorganização e o funcionamento de seus organismos, sem perder de vista os movimentos particulares e gerais (Salgado *et al*, 1985).

Assim como qualquer outra instituição, a Igreja Católica Apostólica Romana, também tem a sua estrutura oficial, na qual a autoridade máxima é o Papa, o sucessor do Apóstolo Pedro e, sequencialmente, tem-se os Bispos que representam os Apóstolos, cuja missão é zelar das igrejas particulares (Prelazias, Dioceses e Arquidioceses). Por fim, na linha sucessória estão os padres para auxiliá-los nas paróquias (Cruz, 2012), conforme demonstra no organograma exposto na Figura 2:

Figura 2: Organograma da Autoridade eclesiástica da doutrina Católica Apostólica Romana



Segundo Cruz (2012, pp.30-31) o Código de Direito Canônico expressa o seguinte conceito de Prelazia e Diocese:

“A prelazia territorial ou a abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a

governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano” (Cân.370, p. 174).

“Diocese é uma porção de povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica” (Cân.369).

O que diferencia uma Prelazia de uma Diocese é o número mínimo de clero próprio e as condições financeiras suficientes para sua sustentabilidade e quando uma Prelazia preenche ambos requisitos, estará apta a se tornar uma Diocese. A categoria superior a Diocese é Arquidiocese, que nada mais é que uma diocese com poder hierárquico jurisdicional sobre as outras dioceses que pertencem a província eclesiástica, que no entendimento de (Cruz, 2012) é uma coordenação com base territorial que compreende população sujeita ao comando e administração de um Bispo da igreja local, conforme demonstrado no Tabela 5.

Tabela 5: Nível de Categoria de uma instituição eclesiástica cristã

1º Categoria Prelazia	2º Categoria Diocese	3 Categoria Arquidiocese
Bispo Prelado	Bispo Diocesano	Arcebispo
-	-	Bispo Auxiliar
Padres	Padres	Padres
Fiéis	Fiéis	Fiéis

2.2.1 Contextualização histórica de expansão eclesial no Brasil

A implantação e organização da Igreja no Brasil decorreu do processo colonizador que foi fruto de afirmações dinásticas em conjunto com a propagação da fé católica. Com essa aliança

Portugal pretendia resguardar o seu território das constantes ameaças externas (espanhóis, franceses, holandeses, etc...) e para fins de consolidar a posse, instalou um sistema administrativo e militar, do qual também se beneficiaria com o monopólio comercial colonial (Malerba, 1999). A aliança era regida pelo Padroado Régio, o qual era cedido ao Rei pelo Papa e o principal objetivo era o de financiar e expandir o catolicismo. Nesse regime a construção de igrejas e mosteiros era dever da Coroa que, apesar de estarem sob a autoridade eclesial dos frades, sacerdotes e bispos, por sua vez, estes estavam sob a autoridade da Coroa portuguesa, a qual tinha o poder de nomear os sacerdotes, bispos e até coletar taxas da Igreja em suas colônias.

Dessa forma, o regime Padroado regeu a Igreja brasileira (1500 -1889), ou seja, tudo estava sujeito ao governo civil lusitano, não havendo interferência da autoridade papal de Roma. A relação Igreja Católica e Estado no novo continente era de apoio mútuo, pois a administração estatal sempre necessitou do aparato burocrático eclesiástico para consolidar a colonização (Besen, 2012). Entretanto, nessa relação “harmônica” entre os poderes temporal e espiritual, o projeto intrínseco do poder Real lusitano era um fator extremamente estratégico, pois apenas desejava consolidar a sua posse nas fronteiras da América e para isso necessitava da efetiva presença eclesiástica nessas regiões (Cortesão, 1950).

Em terras matogrossenses, somente a partir de 1779, surgiram registrados nos documentos indícios do exercício do Padroado, conforme consta nos trechos transcritos do “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830: pp. 114 - 115)*”:

(...)

*“Como esta Freguezia da Senhora Santa Anna do Sacramento **hé do Padroado da Coroa**, athé pairesse que foi Providencia misterioza chegarem a estas Minas já quazi nas vespers da festa os Retratos das Magestades Reinantes, D. Maria, e Dom Pedro Nossos Senhores, para assistirem a ella, como succedeo; por que tendo o Senado da Camara desta Villa mandado vir os ditos Retratos para os colocar na caza da dita Camara, antes que assim, se verificasse forão aquella Missão, e lá se puzerão na Igreja nos lados de huma, e outra banda do arco da Capella mor, e por sima do dito arco a Imagem da Santa, em pintura com a custodia na mão.”*

(...)

*“Cuidarão os ditos **Padres** em edificar para a sua assistencia propriedade cuberta de telha, mas não practicarão o mesmo na caza de Deos, e só lhe prepararão a palhosa de que temos fallado, em que armarão hum altar, que forrarão de papeis pintados, onde collocarão a Senhora Santa Anna como orago no meio, e nos lados a Sam Ignacio de Loyola, e Sam Franciso Xavier aquella ao do Evangelho, e este ao da Epistolla, e desta*

forma se conservou aquella palhossa asim no tempo em que elles ahi existirão, como depois em que se proveu a custa da Real Fazenda Capelão Secular, que foi o Padre Simão de Tolledo Rodovalho, natural da Capitania de São Paulo, em cujo tempo se erigio em Freguezia em atençaõ aos moradores que havião por aquelle circuito, a quem era dificultuzissima a assistencia do posto expiritual pello Parocho desta Villa, e final mente ainda depois da Freguezia sendo de cada vez mais a indecencia do Culto Divino, pella decadencia em que se achava a dita palhossa.”

(...)

Fonte: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719 – 1830)-
http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes_do_sennado_da_camara_do_cuiaba.pdf. Consultado em 20/07/2019

Embora o interesse implícito da Coroa fosse estratégico, foi a fé dos colonos portugueses aqui instalados que, efetivamente, expandiram a Igreja Católica pelo Brasil, pois para eles ser português era ser católico e que nacionalidade e religião eram duas coisas inseparáveis. Ainda não havia uma assistência religiosa organizada, isto é, não tinha a presença de uma autoridade eclesiástica (capelães, padres, bispo ou arcebispo), mesmo assim o colono não deixava de praticar sua fé e o fazia no ambiente do lar, mantendo suas devoções, culto aos santos e lembranças religiosas iguais aos tempos em que viviam em Portugal. Tais fatos que fizeram surgir uma Igreja leiga, doméstica, com uma religiosidade popular, cuja finalidade era a conservação da fé cristã com muito devocionismo, muitas rezas domésticas, muitas promessas aos santos e muitas procissões e desse modo se instalou a catolicidade colonial brasileira. A reunião dos fiéis se dava em confrarias²² religiosas, idênticas às de Portugal (Besen, 2012).

Dessa forma, as paróquias foram surgindo, isto é, os homens mais ricos além de construí-las em suas propriedades eram responsáveis em prover os cultos e o padre. Conforme Vieira (2016) expressou “*é escassa a documentação das paróquias no Brasil durante o período que vai da instituição das primeiras delas até a criação das capitanias hereditárias (1534)*” p. 16), mas relacionou, conforme Tabela 6, algumas paróquias erigidas na primeira metade do século XVI, nas quais se havia instaurado o trabalho do clero secular.

²² Confrarias : Se distinguem em confrarias de misericórdia, que se destinavam a ações hospitalares e as de fins culturais ou devocionais, isto é, culto ao seu santo patrono, as quais, no século XVII, passaram a ser chamadas de “irmandades”. (Besen, 2012:p.22-23)

Tabela 6: Paróquias erigidas na primeira metade do século XVI.

Ano	Localização das Paróquias	Pároco
1534	Olinda - Pernambuco	Pe. Pedro de Figueiroa
1535	Igarauçu - Pernambuco	Pe. Pero de Mesquita
1535	Porto Seguro -Bahia	Pe. Marcus
1536	Itamaracá- Ilha de Pernambuco	Não se conhece o nome do pároco
1541	Vitória - Espírito Santo	Pe. João Dormudo, mas não tomou posse, quem o fez foi Pe. Francisco da Luz
1545	São Jorge – Não mencionou a localidade	Pe. João Afonso de Azevedo
1549	Santos – São Paulo	Pe. Gonçalo Monteiro
1549	Salvador – Bahia	Pe. Manoel Lourenço
1550	Santo Amaro – São Paulo	Pe. Jerônimo Vaz

Fonte: Adaptado de Viera (2016, p. 17)

Portanto, conhecer de uma forma generalizada a administração eclesiástica colonial no Brasil, implica considerar, necessariamente, as características do Estado português da época, pois a administração na Colônia era reflexo da metropolitana. Nesta era dividida em conformidade com as funções administrativas, as quais eram: Governo, Fazenda, Justiça, Defesa e a Igreja²³ Os órgãos específicos para esses assuntos eram: “Mesa da Consciência e Ordem” e “Conselho Ultramarino”. Eram responsáveis, respectivamente, pelas nomeações eclesiásticas e das questões de direito colonial (Salgado *et al*, 1985).

²³ Segundo Salgado *et al* (1985, pp. 19 - 20) as funções administrativas tinham a seguinte designação: Governo (responsável direto pela implementação e controle da política metropolitana para a Colônia, principalmente no seu ramo Administrativo); Fazenda (encarregada da fiscalização e arrecadação tributária sobre as atividades econômicas, bem como da gerência dos negócios financeiros do Estado); Justiça (Tratava do cumprimento da Lei e da aplicação das punições); Defesa (voltava à manutenção da ordem interna e da proteção contra a concorrência externa); Igreja (geria os assuntos eclesiásticos e zelava pelos aspectos morais da sociedade).

Esse modo em que foi instituído o clero brasileiro o deixou apartado de Roma, pois os membros eclesiásticos se comportavam mais como funcionários da Coroa do que como membros oriundos da hierarquia eclesiástica católica subordinada à Santa Sé, localizada na capital italiana (Roma). Assim, nessa forma de administração, a Igreja Católica era utilizada como uma instituição estatal da Coroa Portuguesa, cujas questões religiosas deveriam ser gerenciadas, integralmente, pela Coroa e assim permaneceu até o advento da República em 1889. (Peraro, 2009).

2.2.2 A Igreja Católica em Mato Grosso

A fé cristã adentrou ao interior da Colônia de forma parecida com o descobrimento da mesma, isto é, o clero era membro integrante do processo de colonização. Esse processo na região interiorana do Brasil-Colônia não foi diferente da região costeira, mudou apenas os protagonistas, enquanto que na faixa litorânea da Colônia os colonizadores eram os lusitanos, a região interiorana foram os sertanistas, também conhecidos por bandeirantes, que saíam em busca de índios (para escravizar) e pedras preciosas(ouro, prata e diamante). Dessa forma, no século XVIII, os bandeirantes com a fé em Bom Senhor Jesus, desbravaram o interior da Colônia, onde se instalaram, povoaram e fundaram o Arraial do Bom Senhor Jesus de Cuiabá (Siqueira, 2017, p. 32). A demonstração da fé dos bandeirantes é representada pela figura 4:

Figura 4: Imagem do Senhor Bom Jesus, trazida pelos bandeirantes



Como já mencionado, anteriormente, no presente estudo, ser português significava ser católico e esta cultura também se manifestava na colônia nas gerações posteriores. Assim como era de praxe nas navegações lusitanas, nas expedições dos bandeirantes rumo ao interior da colônia não foi diferente, isto é, “*sempre se faziam acompanhar por algum padre ou religioso, os quais eram denominados de capelães*”²⁴ (Corbalan, 2006: p.13), conforme nos demonstra o trecho extraído do “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830, p. 3)*”:

(...)

“Entrado o anno de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes divididas em diversos comboios, subindo o rio Anhanduhy, atravessando a Vaccaria, descendo pelo Mateteú, e deste pelo Paraguay acima.(...) Houve comboyo de canôas em que morreram todos sem ficar um vivo, pois eram achadas as canôas e fazendas podres pelos que vinham atraz, e os corpos mortos pelos reductos e barrancos.

*As pessoas de maior nome das que chegaram neste primeiro anno foram as seguintes: – o capitão José de Sá Arruda, com perda de muita escravatura e camaradas; o capitão Jacintho Barbosa Lopes; o sargento-mór João Carvalho da Silva; o capitão de mar e guerra João Martins de Almeida e seu irmão Innocencio Martins de Almeida; o capitão José Pires de Almeida, que, morrendo-lhe a escravatura e perdendo tudo o mais que trazia, chegou a dar um mulatinho que tinha em conta de filho por um peixe pacú por conservar a vida; João Leite de Barros; Pedro Corrêa de Godoy; **o padre Fr. Florencio dos Anjos, religioso carmelita; o padre Jeronimo Botelho, do habito de S. Pedro; o padre André dos Santos Queiroz, do habito de S. Pedro; o padre Fr. Pacifico dos Anjos, franciscano,** irmão do capitão-mór Jacintho Barbosa Lopes.”*

(...)

Fonte: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá(1719 – 1830)-
http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaesdo_sennado_da_camara_do_cuiaba.pdf. Consultado em 20/06/2019

²⁴ Capelães: Eram padres trazidos pelos sertanistas, os quais os ajudavam a *descarregar a consciência nos momentos difíceis*, pois eles se sentiam encorajados ao saber que seriam amparados, espiritualmente, no momento da angústia da morte (Corbalan, 2006).

Apesar da Ata de Fundação do descobrimento das novas minas (Cuiabá) ter sido redigida anos depois, prevaleceu a data anunciada do descobrimento - **8 de abril de 1719**, ou seja, há 300 anos. Esse cenário foi registrado nos “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830, p. 47)*”, conforme trecho abaixo transcrito:

“Alli se foram arranchando, fazendo casas e lavouras pelas margens do mesmo rio Coxipó e Cuyabá acima, extincta uma aldeia que se achava no logar que é hoje o Porto do Borrvalho. Passados alguns dias chegou ao arraial a bandeira dos Antunes, que eram os tres irmãos de que já falamos, chamados Gabriel Antunes, Antonio Antunes Maciel e Filippe Antunes Maciel, e com a noticia do invento do ouro uniram-se aos descobridores, e fazendo suas consultas assentaram que fosse logo Gabriel Antunes para S. Paulo dar noticia e levar as amostras dos descobertos e trazer os ordens necessarias para o bem commum e serviço de S. Magestade, que com effeito seguiu logo viagem, e juntos os que ficaram mandaram escrever um aranzel para seu regimen, cuja copia é a seguinte:

*“Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, neste arraial do Cuyabá fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e **lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achámos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França**, depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nos assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. – Paschoal Moreira Cabral – Simão Rodrigues Moreira – Manoel dos Santos Coimbra – Manoel Garcia Velho – Balthazar Ribeiro Navarro – Manoel Pedroso Louzano – João de Anhaia de Lemos – Francisco de Siqueira – Ascenso Fernandes – Diogo Domingues – Manoel Ferreira – Antonio Ribeiro – Alberto Velho Moreira – João Moreira – Manoel Ferreira de Mendonça – Antonio Garcia Velho – Pedro de Góes – José Fernandes – Antonio Moreira – Ignacio Pedroso – Manoel Rodrigues Moreira – José da Silva Paes”*

Fonte: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá(1719 – 1830)- http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes_do_sennado_da_camara_do_Cuiaba.pdf. Consultado em 20/06/2019

E a Ata de instalação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá só ocorreu em primeiro de janeiro de 1727. Apesar disso Cuiabá ainda não era a capital da Capitania de Mato Grosso que, em decorrência das minas do vale do Guaporé e esta era próxima as fronteiras espanholas, foi determinado pela Coroa Portuguesa que fosse ali fundado a capital da Província de Mato Grosso e no ano de 1752 fundou a sua primeira capital: Vila Bela da Santíssima Trindade, (Siqueira, 2017:32-76). Todavia, em 1819, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá ascendeu à categoria de cidade e capital provisória da Capitania, com isso foi também transferida, provisoriamente, para Cuiabá a máquina administrativa, mas, em 1835, a transferência tornou-se oficial e definitiva (Rosa e Jesus, 2003).

2.3 Caracterização da Diocese de Cuiabá: de capela à arquidiocese de Cuiabá

De acordo com o contexto das subseções anteriores, conclui-se que no processo de colonização portuguesa a Igreja Católica demonstra a extrema relevância de seu papel em toda a Colônia-Brasil, pois a sua presença foi peça integrante da povoação do novo continente e sempre esteve presente em meio à população. Essas circunstâncias resultaram numa participação direta na formação da sociedade colonial, em cujas regiões longínquas, como as matogrossenses, a Igreja se fazia presente antes mesmo da instalação do próprio poder civil metropolitano (Corbalan, 2006).

Embora os primeiros capelães terem aqui chegado junto com os bandeirantes em 1719, no entanto, somente em 1722, foi levantada a primeira capela matriz nessa região, a qual foi construída em um antiplano, coberta de palha e pau a pique e com a frente voltada para o córrego da Prainha. Em seu entorno ia-se edificando apenas instituições que eram símbolos dos poderes locais e metropolitanos, tais como: casa de aposentadoria do governador, a Casa-da-Câmara-e-cadeia, Palácio do Governo etc. (Lacerda, 2005).

Como legítima representação dos poderes da Coroa, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi erguida com intuito inicial de firmar o espaço urbano e a materialização da administração eclesiástica, cuja região estava sob a jurisdição eclesial da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. conforme nos demonstra o trecho extraído do “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830: p.50)*”:

*Neste mesmo anno (1722) levantou o capitão-mór Jacintho Barbosa Lopes, a sua custa, a Igreja Matriz, coberta de palha, no mesmo lugar em que se acha a que hoje existe, dando-lhe o titulo de **Egreja do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, adonde celebrou primeiro missa seu irmão Fr. Pacifico dos Anjos, religioso franciscano.***

Fonte: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719 – 1830)-
http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes_do_sennado_da_camara_do_cuiaba.pdf. Consultado em 20/06/2019

Todavia, somente em 1723, foi erguida a primeira capela nessa região, a Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A partir de 1739, o vigário responsável conclamou o povo para contribuir com doações para fins de reconstruir e ampliar a paróquia e assim se concretizou no decorrer dos anos posteriores (Lacerda, 2005, p. 88). Tal situação foi registrada no “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830, p. 71)*”, conforme demonstra o trecho transcrito abaixo:

Anno de 1739

*“Neste anno incitou o Vigario o Padre João Caetano Leite ao Povo, que **contribuissem cada hum com o que pudesse para se fazer nova Igreja Matris, por ser a que havia muito pequena, feita de pau a pique coberta de palha, que não condizia com o augmento, e Povo da terra, conseguiu, levantou-se huma formozza Capella mor que lhe ficava dentro a antiga feita de taipa socada, que depois de em madeirada, e cuberta, abrirão as paredes, e veyo abaixo, dando lugar a que se lhe tirassem a madeira, e a telha**”.*

Fonte: Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719 – 1830)-
http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/annaes_do_sennado_da_camara_do_cuiaba.pdf. Consultado em 20/06/2019

Conforme já explicitado na subseção anterior, lentamente, a estrutura episcopal da Igreja brasileira se organizou, onde as paróquias iam se multiplicando. No entanto, as dioceses permaneciam deficientes de organização. Até então essas terras descobertas estavam sob a jurisdição eclesial da Diocese de Funchal (localizada na ilha da Madeira) e somente em 1531, aportou junto com a expedição de Martim Afonso de Souza, o primeiro sacerdote (Pe. Gonçalo Monteiro) que iria fixar oficialmente residência na Colônia. Ainda assim, a primeira Diocese brasileira somente foi criada em 1551, a Diocese de São Salvador, localizada na recém cidade

fundada (1549) - Salvador- estado da Bahia, a qual se tornou capital colonial que perdurou até 1763, quando Marquês de Pombal determinou que a capital da Colônia seria a cidade do Rio de Janeiro. A Diocese de São Salvador foi a única por 276 anos e somente em 1676 esta foi elevada a Arquidiocese. Segundo explanação de Besen (2012), na Tabela 7, relacionou-se as primeiras Prelazias e Dioceses brasileiras que existiram no período de 1500 a 1822:

Tabela 7: Relação das Prelazias e Dioceses brasileiras (1500 a 1822)

Ano	Diocese / Prelazia- Localização
1551	São Salvador da Bahia
1676	São Sebastião do Rio de Janeiro
1677	Olinda, em Pernambuco
1677	São Luís do Maranhão
1719	Belém do Pará
1745	Mariana, em Minas Gerais
1745	São Paulo
1745	Prelazia de Goiás
1745	Prelazia de Mato Grosso

Fonte: Adaptado Besen (2012, p. 43)

Nessa lenta expansão eclesiástica e após a fundação da primeira “egreja” (1722), o Papa Bento XIV expediu a Bula Pontifícia “*Candor Lucis Aeternae*” (Esplendor da Luz Eterna), em 6(seis) de dezembro de 1745, a qual criou a Prelazia²⁵ de Cuiabá. Esta abrangia toda a Província

²⁵ Prelazia: conforme o código de Direito Canônico(Cân.370)- “ A prelazia territorial ou a abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano”

de Mato Grosso que correspondia aos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia (Cruz, 2012).

Apesar de ter sido criada em 1745, somente em 23 de janeiro de 1782 foi designado seu primeiro prelado, o frei José Nicolau de Azevedo Doutinho Gentil, porém este não tomou posse e as distâncias geográficas, os riscos de vida e as privações foram empecilhos para que outros candiatos aceitassem o referido cargo (Peraro, 2009). Devido as recusas, a Prelazia de Cuiabá ficou vacante de um prelado e continuou subordinada à Diocese do Rio de Janeiro até 16 de dezembro de 1803, com a nomeação do Bispo José Luiz de Castro Pereira, o qual so assumiu efetivamente em 1808 e em 1821 solicitou transferência para Portugal. Para substituí-lo foi nomeado o Frei Carlos São José Azevedo que também não assumiu o cargo. Em 29 de agosto de 1823, a “Mesa da Consicência e Ordens” nomeou prelado de Cuiabá o Frei José Maria de Macerata, porém somente em 27 de maio de 1824 tomou posse, a qual foi confirmada pela Santa Sé em 28 de agosto de 1824 (Peraro, 2009).

Como Prelazia de Cuiabá foi um pouco mais de meio século, quando D. Pedro I a suprimiu por Decreto Imperial e a elevou a categoria de Diocese com o mesmo nome. Assim, aos 15(quinze) de julho de 1826, o então Papa Leão XII expediu a Bula papal que criaria a Diocese de Cuiabá, a Bula Pontifícia “*Sollicita Catholicae Gregis Cura*”, a qual foi aprovada pelo Decreto Imperial de primeiro de junho de 1827.

Em 3 de novembro de 1829 foi nomeado bispo de Cuiabá, Plácido Mendes dos Santos, porém, renunciou ao cargo em 11 de outubro de 1830. Em 7 de janeiro de 1832 foi nomeado D. José Antônio dos Reis e após sua morte, em 11 de outubro de 1876, assumiu, após eleito vigário Capitular, o conêgo Manoel Pereira Mendes. Pelo Decreto de 28 de dezembro de 1876 foi nomeado bispo de Cuiabá o Monsenhor Carlos Luiz d’Amour, porém, assumiu, efetivamente a administração da Diocese somente em 02 de maio de 1879, na qual permaneceu por 42 anos (1921) e somente ocorreu vacância do cargo devido ao seu falecimento (9/ 07 /1921) (Peraro, 2009). A referida nomeação consta no Relatório do Império de 1876-1A, conforme demonstra o trecho abaixo transcrito:

NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

(...)

Vagaram a Sé Metropolitana, e posteriormente as Dioceses do Maranhão, Matto Grosso e Marianna.

Para ocorrer a viuvez dessas Igrejas, o Governo Imperial transferiu para o Arcebispado da Bahia o Revd. Bispo de Goyaz, e para esta apresentou o Rev. Antonio Maria corrêa de Sé e Benevides, e para a de Marianna o Conego João hygino Bittencourt, que por motivo de molestia não pôde aceitar o onus.

Entendendo o governo que consultava bem os interesses do Estado e da Igreja, resolveu variar a nomeação do Revd. Benevides para a Diocese de Marianna, e apresentar o Revd. Vigario da Diocese da Diamantina Padre Julio Augusto de Almeida para a de Goyaz, o Vigario Capitular da Bahia Revd. Carlos Luiz d'Amour para a de Cuyabá, e para a do Maranhão o conego Antonio Candido de Alvarenga.

(...)

Diocese

(...)

Cuyabá. – Para esta diocese que se acha vaga pelo fallecimento do Revd. D. José Antonio dos Reis, ***foi nomeado, por Decreto de 28 de Dezembro ultimo, o Monsenhor Carlos Luiz d'Amour.***

(...)

Fonte: Relatório Ministerial: Imperio, 1832-1888(1876-1A:57-60) < Disponível <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=46&s=0&cv=0&r=0&xywh=185%2C378%2C2635%2C1858>, Consultado em 09/07/2019

Após alguns anos, o Papa São Pio X, em 5 de abril de 1910, com a expedição da Bula Pontifícia “*Novas Constituire*” (Proclamar novas dioceses), criava-se outras duas dioceses em Mato Grosso, as de São Luiz de Cáceres e Santa Cruz de Corumbá, pois as duas eram as paróquias mais populosas e desenvolvidas economicamente. Com isso, a Diocese de Cuiabá, por ser a mais antiga de todas e estar situada na capital Cuiabá, elevou-se à dignidade e honra de Sé Arquiepiscopal, isto é, se elevou à categoria de Arquidiocese e sede Metropolitana das demais dioceses sufragâneas (Cáceres e Corumbá) (Peraro, 2009).

Embora o período delimitado para o presente estudo seja de 1826 à 1889, para fins de conhecimento acreditou-se ser importante relacionar cronologicamente os administradores precursores da atual Arquidiocese, ou seja, desde a criação da Prelazia (1745) até o presente momento (2019), embora, “*pouco ou quase nada se tem registrado sobre os primeiros gestores da administração (Prelazia, Diocese) do que hoje é a atual Arquidiocese de Cuiabá*”, conforme Figura 5 (Cruz ,2012: p. 56).

Figura 5: Imagem do Edifício da Arquidiocese de Cuiabá



Fonte: Acervo Iconográfico Digital da Arquidiocese de Cuiabá (Foto:032 – Rolo 83ª – Cuiabá-S/D) Acessado em 30/10/2019

Prelazia de Cuiabá – 1745 à 1826

Primeiro Bispo (prelado) – Dom Frei José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil – 1782- mas não tomou posse

Segundo Bispo (prelado) – Dom José Luiz de Castro Pereira – 1809 à 1822 (governou à distância)

Administrador da prelazia vacante – Frei José Maria Macerata – 1823 à 1826

Diocese de Cuiabá (1826-1910)

Período vacante – 1826 à 1831

Primeiro Bispo - Dom José Antonio dos Reis – 1831 à 1876

Segundo Bispo – Dom Carlos Luiz D’Amour - 1876 à 1910

Arquidiocese de Cuiabá (1910 – atualidade)

Primeiro Arcebispo - Dom Carlos Luiz D’Amour - 1910 à 1922

Segundo Arcebispo - Dom Francisco Aquino Corrêa - 1922 à 1956

Arcebispo Auxiliar - Dom Antonio Campelo de Aragão - 22/03/1956 à 18/012/1956

Terceiro Arcebispo - Dom Orlando Chaves - 1956 à 1981

Quarto Arcebispo - Dom Bonifácio Piccinini - 1981 à 2004

Quinto e atual Arcebispo – Dom Milton Antonio dos Santos – desde 2004 até a presente data.

A província eclesiástica de Mato Grosso é composta por sete dioceses, duas prelazias e a Arquidiocese de Cuiabá, cujo território eclesiástico administrativo é composto por 27 paróquias, sendo as localizadas no interior do estado e na capital, mas os municípios que estão sob a égide da Arquidiocese de Cuiabá são: Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Jangada, Nobres, Rosário Oeste, Santo Antonio de Leveger e Várzea Grande. Todo o exposto demonstra que sempre houve uma concatenação dessas duas histórias: a tricentenária cidade de Cuiabá e a centenária Arquidiocese de Cuiabá (Cruz, 2012). Todavia, o objeto de estudo da presente investigação delimita-se na instituição enquanto Diocese de Cuiabá, compreendendo o período de sua elevação de categoria de Prelazia à Diocese (1826) até a proclamação da República (1889), quando houve a separação da Igreja e Estado e a Religião Católica Apostólica Romana deixou de ser o credo oficial da República dos Estados Unidos do Brasil.

2.3.1 Estudo empírico da organização contabilística da Diocese de Cuiabá

Para alcançar o objetivo da presente investigação que é identificar se, no período de 1826 à 1889, a Diocese de Cuiabá adotou ou não o método das partidas dobradas, se fez necessário a percepção do contexto social, econômico e político da história da Igreja para fins de enquadrar e permitir uma adequada análise da organização contabilística da instituição.

2.3.1.1 *O contexto social, econômico e político no século XIX*

As mudanças significativas ocorreram após a instalação da Família Real no Brasil-Colônia (1808), na sede do vice-reino que era a cidade do Rio de Janeiro, pois o enquadramento político-econômico do período colonial nos demonstra que foi governado por déspotas iluministas e baseados num sistema imperial que sempre trataria a colônia como mera fonte de alimentação de receita para metrópole. Havia um imobilismo institucional, pois o estatuto básico da administração colonial, legislativa, casuística e fortuita, perdurou até o início do século XIX. As práticas do velho absolutismo paternalista lusitano foram sendo alteradas a partir de 1750 e começaria a operar um novo sistema na estrutura governativa, cuja alteração mudaria a fisionomia da colônia, a qual sairia dos padrões de feitoria e iniciaria a aproximação de uma estrutura quase-estatal. No período joanino houve a abertura dos portos para outras nações, permissão de instalação de fábricas e manufaturas, implantação da máquina administrativa do governo como a criação do primeiro Banco do Brasil, da Mesa de Consciência e Ordens e Desembargo do Paço e entre outras que tiravam a Colônia do isolamento comercial, resultante do exclusivismo português (Holanda, 1985).

No ponto de vista social, as medidas joaninas se caracterizaram pela emissão de títulos de nobreza, cartas de sesmarias, iniciação de circulação dos primeiros jornais (Gazeta do Rio de Janeiro; O Patriota), inauguração de Real Teatro e abertura das fronteiras para o interior que era habitado por etnias indígenas etc... Embora houvesse toda essa transformação na realidade social, a grande massa populacional brasileira nativa e produtiva ainda era escrava e excluída politicamente, haja vista que os principais cargos administrativos eram ocupados pelos lusos, fatos que acentuaram os ressentimentos dos brasileiros nativos. O retorno da família Real para Portugal, catalisou o processo de emancipação política e, conseqüentemente, desencadeou a independência da Colônia, nascendo então o Império do Brasil (1822), onde o príncipe regente D. Pedro foi aclamado o “Patriarca da Independência”, tornando-se o imperador Dom Pedro I (Malerba, 1999)

Nessa fase imperial havia três grupos políticos que buscavam a hegemonia na condução administrativa, sendo o “partido português” (funcionários e militares da Coroa e comerciantes lusos), a elite dominante local (fazendeiros e comerciantes ligados aos ingleses) e o partido com tendências republicanas, composto por radicais e democratas ligados às atividades urbanas(

médicos, professores, farmacêuticos, pequenos comerciantes e padres). Entretanto, a massa esmagadora da população, a classe livre e pobre, estava alheia aos acontecimentos da independência e às disputas pelo carisma do Imperador D. Pedro I. Entretanto, as diversas camadas sociais que impulsionaram a independência tinham interesses antagônicos e nesse contexto, esse primeiro reinado (1822-1831) foi de constantes atritos entre o Imperador e as dispersas forças nativistas, o que desencadeou diversas revoluções regionais e a impopularidade do Imperador só aumentava e a deflagração de sua queda era vertiginosa e irreversível (Malerba, 1999)

A sociedade era caracterizada de relações sociais de clientelismo, apadrinhamento, informalidades, personalistas, patriarcalista, oriunda de uma base latifundiária agrícola e pastoril e escravista, a qual se reproduziu em ampla escala e constituiu a gestão da coisa pública, ou seja, o Estado era de um caráter patriarcal de linhagem absolutista, sendo que o objetivo dessa monarquia não foi a busca da liberdade e igualdade aos seus súditos, mas a idéia de que o soberano(rei) era o chefe de uma extensa família e este deveria zelar pela felicidade geral do reino. O Governo Imperial foi regido pela Carta Constitucional de 1824, o Código Imperial do Império do Brasil (1830), o Código do Processo Criminal (1832) e o Código Comercial de 1850, os quais, com maiores ou menores modificações, perduraram até a proclamação da República (1889).

O resultado do contexto no período do Brasil-Império (1822-1889) era um alto índice populacional de analfabetos, embora houvesse uma instrução primária obrigatória, gratuita e leiga. A República (1889) herdou uma rede escolar bastante precária, ministrando um ensino pobre de conteúdo, alienado e sem qualquer preocupação filosófica ou científica, enfrentou não somente uma deficiência quantitativa, mas também qualitativa, cujo resultado foi apenas a existências de uns poucos indivíduos alfabetizados e conhecedores de Latim e Grego. Esse contexto explana que a expulsão dos jesuítas não havia apagado a influência do clero na educação durante os três séculos seguintes, a qual foi desenvolvida, em grande parte, “*senão por iniciativa, ao menos foi com a participação do clero*”, o que resultou em gerações esculpidas pelo regime de domesticidade monacal, cujas qualidades e defeitos sucederam do período colonial (Holanda,1999, p.383).

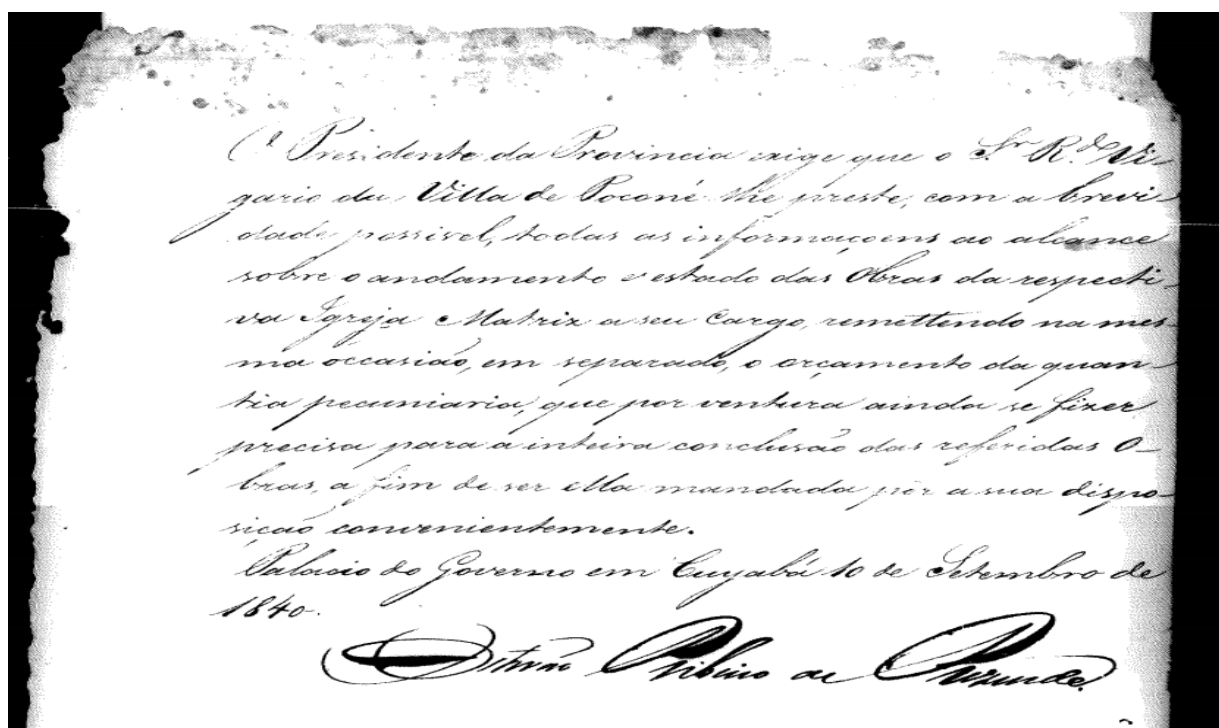
2.4.1.2 *Análise interpretativa da organização contabilística da Diocese de Cuiabá*

O contexto histórico da Igreja Católica nos demonstrou que, antes mesmo de se instalar nas Américas, o clero já era subordinado ao Estado e assim permaneceu até 15 de novembro de 1889, quando ocorreu a proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

No período em estudo o regime do Padroado ainda estava em vigor, no qual o Império tinha o dever de realizar a expansão do Catolicismo em seu território, construindo e mantendo as igrejas, bem como remunerar os religiosos nomeados. Além dos deveres, a Corte tinha o direito de criar dioceses e regiões eclesiásticas, recolher os dízimos e nomear os novos bispos, ou seja, o corpo eclesiástico era subordinado à esfera do poder Real.

O exercício do Padroado pôde ser constatado nos documentos analisados da Diocese de Cuiabá, tais como: a nomeação de um padre, o comunicado do Bispo de que o valor disponibilizado para o sustento dos padres eram insuficientes, mensagens da repartição pública (Thesouraria) ao Bispo sobre à disposição de financeiro para que fosse aplicado em uma obra eclesiástica (Seminário Episcopal de Cuiabá) e dentre outros, conforme nos demonstra o documento digitalizado representados pela Figura 6:

Figura 6: Ofício do Palácio do Governo da Província destinado ao vigário da Villa de Poconé



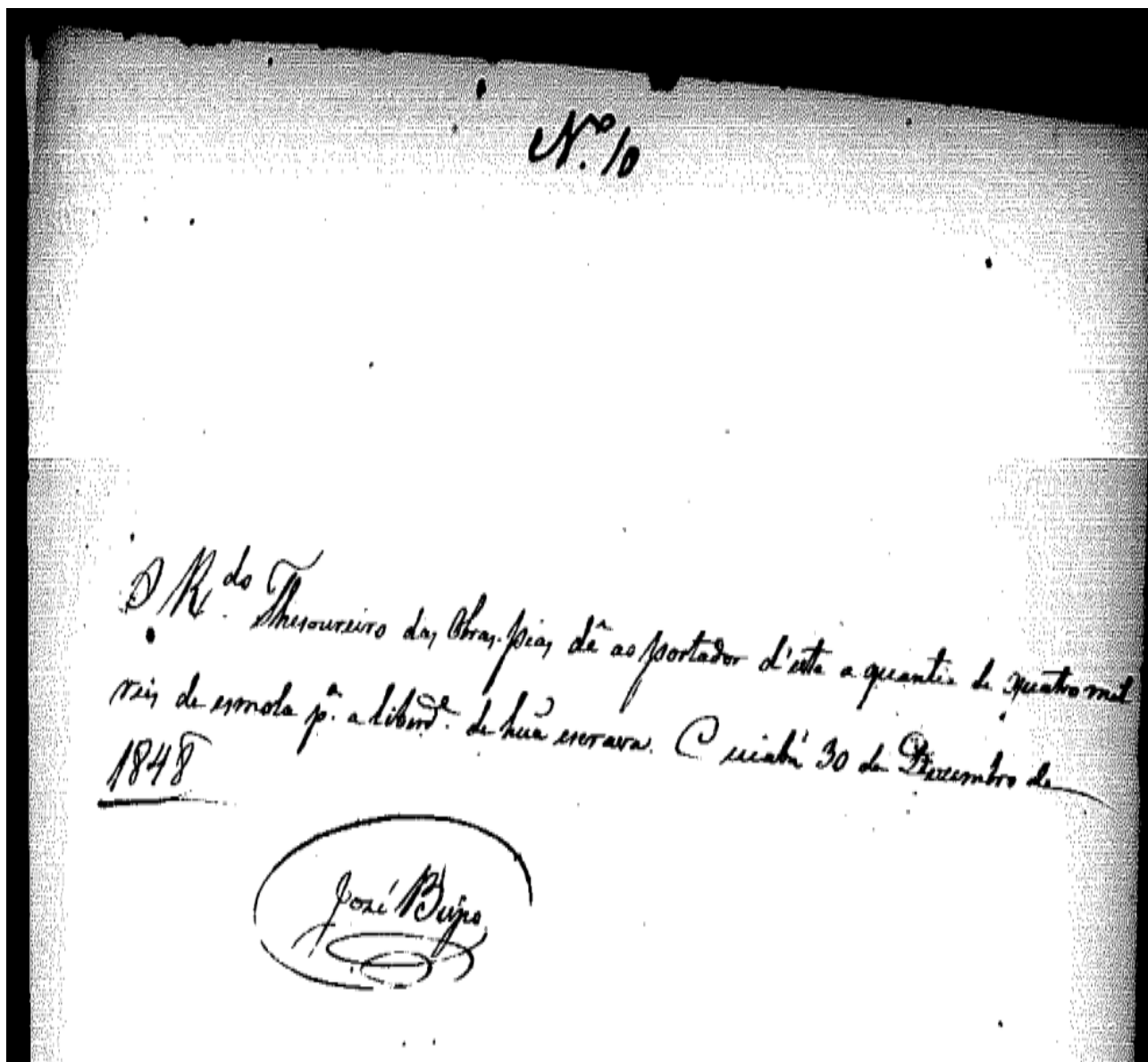
Transcrição do texto da figura:

O Presidente da Província exige que o Ilmo Reverendo Vigario da Villa de Poconé lhe preste, com a brevidade possível, todas as informações ao alcance sobre o andamento e estado das Obras da respectiva Igreja Matrix a seu cargo, remetendo na mesma ocasião, em separado, o orçamento da quantia pecuniária, que por ventura ainda se fizer preciso para a inteira conclusão das referidas Obras, a fim de ser ella mandada por a sua disposição convenientemente.

Palácio do Governo em Cuyabá de 10 de setembro de 1840.

Da escrita se depreende que as ações administrativas na Diocese eram na sua essência informais, pois as evidências sobre assuntos que envolviam questões financeiras foram encontradas nas correspondências expedidas/recebidas pelo Bispo. Embora tenha encontrado esse cenário, não se é possível concluir que a administração da Diocese não exercia o registro de sua vida financeira em livros contábeis específicos, pois pode ser que havia esses registros em algum documento avulso e não encontrado durante o período da pesquisa. No entanto, a informalidade imperava nas documentações encontradas, evidenciando a incorporação de um papel de informar e/ou solicitar providências ao Palácio do Governo sobre as suas necessidades financeiras, deixando indícios que a função de exercer o registro contábil era da repartição provincial denominada “Thesouraria”, conforme consta na Figura 7

Figura 7: Comunicado do Bispo ao Thesoureiro da Província destinado



Fonte: Fonte: Acervo Iconográfico Digital da Arquidiocese de Cuiabá (Foto:032 – Rolo 83ª – Cuiabá-S/D)
Acessado em 18/07/2019

Transcrição do texto expresso na figura:

O Reverendo Thesoureiro das Obras Pia, dê ao portados d'este a quantia de quatro mil reis de esmola para XXX(inelegível) de sua escrava.

Cuiabá, 30 de setembro de 1848.

Dessa forma, o Padroado norteou toda a vida religiosa da colônia até 1889, o qual foi extinto com a proclamação da República que, por conseguinte, também aboliu-se o credo oficial do Brasil. Este cenário pôde ser constatado nos trechos do Relatório Ministerial do Interior (1891- 1892), conforme abaixo transcritos:

Relatório Ministerial do Interior (1891: p.21):

(...)

*Decretada, porém, **a separação da igreja do Estado (Decreto n.119 A de 7 de janeiro de 1890)**, tornou-se de mister que, consoante o espírito desta lei, se afrouxasse quanto possível o rigor da inspecção minuciosa do Estado sobre as corporações de mão-morta.*

Nestas condições, o meu antecessor firmou so o assumpto a doutrina seguinte, cujo transcrevo da exposição que vos apresentou em novembro do anno passado:

*“O decreto n.119 A de 7 de janeiro ultimo consagrou a plena liberdade de cultos na Republica, e, em consequencia, **extinguiu o direito de padroado e prohibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados em materia religiosa.**”*

*Frimando esse princípio não só com relação aos actos individuaes, sinão também quanto às corporações, **reconheceu ao mesmo tempo a personalidade jurídica das igrejas, associações e institutos sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta**, e assegurou a congrua – sustentação dos actuaes serventuários do culto catholico, bem como a subvenção, por um anno, das cadeiras dos seminarios.(...)*

Relatório Ministerial do Interior (1891: p.353):

CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO

(...)

*Sob a denominação generica do Estatistica Religiosa, tratou a seção de reunir os dados que assignalasses a situação das instituições cultuaes no Brazil em 1889, anno em que, **abolida a igreja official**, iniciou-se a **diferenciação entre o poder temporal e o espiritual.***

Pareceu util proporcionar-se um termo de comparação para identico estudo feito em época mais remota, permittindo verificar a influencia exercida por aquelle acto sobre as condições das diversas igrejas no paiz.

(...)

Fonte: Relatório Ministerial: Interior, 1891-1892 > disponível em <http://ddsnext.cr1.edu/titles/103#?c=4&m=0&s=0&cv=20&r=0&xywh=-826%2C621%2C3091%2C2181>
Consultado em 20/07/2019

Mesmo com a Proclamação da República (1889), a representação do poder papal em Cuiabá ainda estava na categoria de Diocese. O Bispo responsável era o mesmo, ou seja, Dom Carlos d'Amour. Este, fazia parte de um elenco de bispos reformadores, isto é, tinha como objetivo estruturar a Igreja nos moldes do catolicismo romano, cuja característica estava apagada devido ao regime do Padroado. Ele preconizava a idéia de implantar uma nova estrutura organizacional e devocional, tendo como objetivo uma igreja homogênea, centralizada e hierarquizada e acreditava que dessa forma, reverteria a situação de lateralidade da Igreja Católica na Sociedade. Nesse norte, procurou reforçar os laços com a Santa Sé (Peraro, 2009).

Com o objetivo de reverter a situação de lateralidade do catolicismo e reconquistar o seu espaço na sociedade, a Igreja Católica resolveu seguir a corrente do regime republicano, ou seja, a descentralização administrativa. Dessa forma, inseriu um projeto de descentralização, uma expansão hierárquica eclesiástica e a ampliação dos meios de doutrinação e do magistério. Não recebendo mais recursos financeiros provenientes do Estado, o patrocínio financeiro para conclusão do projeto começou a vir da Santa Sé (Roma), da qual também passou a receber a jurisdição religiosa. Para que esse novo cenário fosse alcançado, todas as Capitais dos Estados foram providas de sede de Diocese (Peraro, 2009).

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo será apresentado as principais conclusões do estudo, o qual se estruturou para responder à questão principal. Em seguida demonstra-se as contribuições e as limitações encontradas no transcorrer do mesmo, além de recomendar caminhos e apontar outros objetos passíveis de investigações futuras.

3.1. Principais Conclusões

Na presente investigação não houve a pretensão de se aprofundar na historiografia clássica sobre o método das partidas dobradas e nem acerca da organização contabilística das instituições religiosas. Tendo em vista que o divulgador-*mor* das Partidas Dobradas era um religioso cristão e mestre educador, reluziu o viés religioso e uma correlação – divulgador cristão&cristianismo, fez com que despertasse a “idéia preliminar” de que todo religioso cristão detivesse o conhecimento básico desse método, uma vez que a educação era privilégio de poucos e os religiosos compunham essa minoria. Diante desta “premissa”, o objetivo principal da investigação foi identificar se a instituição eclesiástica - Diocese de Cuiabá – havia utilizado o método das partidas dobradas em seus registros contabilísticos. Dessa forma, para se alcançar o objetivo principal de investigação foram delimitados objetivos específicos, os quais nortearam a investigação.

Inicialmente, procurou-se, apresentar o método das partidas dobradas desde os seus primórdios na história da humanidade, delineando de uma forma generalizada, ao longo da história, a maturação do pensamento contábil. Buscou demonstrar as fases de maturação da escrita até o compêndio que registrou e vulgarizou o método das partidas. Observou-se que este não surgiu dentro das instituições religiosas, mas sim das demandas da sociedade em decorrência das intensas relações comerciais entre os povos. Todavia, a sua disseminação universal ocorreu, ainda que de forma indireta, devido a publicação impressa da obra de um cidadão que era um religioso cristão. Entretanto, não foi a religião que pulverizou mundialmente o método, mas a corrida para novas rotas comerciais, a qual sempre fôra a mola propulsora para o descobrimento de novos territórios e de carona, o método das Partidas Dobradas foi-se ramificando mundo afora.

Assim, num dado momento da história da humanidade, a religião cristã, como as Partidas Dobradas, se disseminou pelo mundo afora e uma das suas ramificações atingiram a então cidade tricentenária de Cuiabá. O cristianismo aportou-se nas Américas pelas navegações portuguesas. Vieram com o objetivo dar continuidade a determinação do Apóstolo Pedro, que era propagar a fé cristã até os confins do mundo. No entanto, os cristãos missionários que aqui se instalaram estavam subordinados ao regime do Padroado e, praticamente se comportavam mais como funcionários da Coroa do que como religiosos propriamente dito.

Porém, ao longo dos anos, nem todos queriam mais se submeter ao regalismo português. Preconizavam idéias reformadoras, pois desejavam que o exercício da religião cristã fosse nos moldes da Igreja Católica Apostólica Romana, ou seja, nos moldes da liturgia romana. Esse contexto reformador surgia em concomitância com a queda do regime monárquico e, a proclamação da República cortou de vez o laço que unia a Igreja com o Estado. Como consequência desse desenlaço, a religião cristã deixou de ser o credo oficial dos Estados Unidos da República do Brasil a partir de 1889. Contudo, nos períodos da colonização (1500-1822) e no Império (1822-1889), a maioria cumpriu com a premissa básica estipulada pela Santa Sé (Roma) que, com os recursos financeiros providos pelo Estado, deveriam levar a bandeira da fé cristã, erigir igrejas nos novos territórios conquistados e serem a porta de entrada dos arraiais e vilas que iriam surgindo.

As fontes manuscritas (digitalizadas) analisadas eram compostos de documentos avulsos, dispersos, com mensagens simples e diretas, isto é, semelhantes a correspondências simples, onde algumas apresentavam em seu cabeçalho números, fato que induz a concluir que a numeração escrita seria uma espécie de controle interno quanto a quantidade enviada. Muitos estavam com a escrita muito apagada. Os documentos eram escritos manualmente, estavam borrados pela tintura da escrita, a grafia era um português rebuscado, fatos que dificultaram em muito a leitura, demandaram um tempo maior para entender a informação escrita e compreender a mensagem. Todas essas características eram evidente e foram uma constante em todas as documentações existentes referentes ao período estudado, e as análises levaram a concluir que a organização administrativa consistia de uma informalidade, não sendo identificado a existência de livros oficiais de registros contábeis.

Pelos documentos analisados depreendeu-se que as paróquias espalhadas pela província matogrossense eram subordinadas à Diocese e a esta deveriam repassar todas informações, sejam relacionados aos sacramentos ou as questões financeiras. Observou-se que os documentos eram assinados pela autoridade da Igreja local, demonstrando que havia uma obediência a hierarquia interna, ou seja, do padre responsável da paróquia para o Bispo da Diocese que, por sua vez, expedia documentos endereçados ao Presidente da Província de Mato Grosso, cujos conteúdos se referiam as paróquias ou a Diocese.

Esse cenário contábil da Diocese fez concluir que, embora, já ter-se transcorrido três séculos (1494 -1826/1889) da publicação da “*Summa*” escrita pelo frei franciscano Luca Pacioli, o conhecimento das partidas dobradas não era algo que fazia parte da formação dos clérigos, haja vista que eles eram os responsáveis pela Igreja fora da circunscrição de Roma, responsabilidade que leva a pensar que o administrador da Igreja deveria ao menos ter os conhecimentos necessários para administrá-las. Entretanto, observou-se que os eclesiásticos se comportavam mais como funcionários do poder estatal do que como pastor da fé cristã.

Tal comportamento foi uma resultante do exercício do Padroado Régio e “Civil”, pois ações das autoridades eclesiásticas se limitavam a solicitar e informar à autoridade da Província os assuntos relacionados ao financeiro necessário ora para os dispêndios relacionados à sobrevivência dos religiosos ora para manutenção da Igreja relativos aos sacramentos (batismo, casamentos, culto divino, etc..). Esses fatos demonstraram que o exercício do Padroado teve um peso oculto na organização contábil interna da Igreja, pois esta se evidenciou estática, engessada, apontando que os registros existentes tinham a única finalidade de prestar contas à repartição pública provincial (*Thesouraria*),

Por fim, os resultados demonstraram que, embora ter havido um decreto Real desde 1808 instruindo que as escriturações deveriam ser pelo método das partidas dobradas e ainda que a Igreja “administrativamente” funcionasse como uma repartição estatal, no período estudado, não foi evidenciado a existência de um sistema contábil propriamente dito e nem ao menos um ínfimo indício da existência, ainda que precária, das partidas dobradas.

3.2. Contribuições do estudo

No âmbito da história da contabilidade no Brasil, este estudo teve a pretensão de despertar o interesse naqueles que desconhecem a disciplina, haja vista que a inclusão dessa disciplina na matriz curricular do curso Ciências Contábeis, em solo brasileiro, além de recente é optativa. Outro intuito foi o de levantar o véu da Arquidiocese de Cuiabá, a qual além de sempre ter estado presente em meio à população, ela está e recebe de braços abertos a qualquer investigador interessado em adentrar em seu arquivo e desbravar as inúmeras possibilidades de investigação que a sua história bicentenária oferece.

3.3. Limitações do estudo

A principal limitação nesta investigação foi a pouca literatura e estudos relacionados tanto à disciplina história em contabilidade quanto à temática religião, condicionantes que dificultaram o enquadramento teórico da mesma, fatos que delongaram a fase inicial do estudo. Outro ponto importante foi o português do século XIX e a forma da escrita dos documentos, o que dificultou o entendimento do contexto, delongando mais tempo.

3.4. Investigação futura

A presente investigação foi apenas o pontapé inicial para vir a lume a inexpressividade de estudos na história da contabilidade em terras matogrossenses e o leque disponíveis de objetos à espera de serem investigados, tais como a existência das fontes de arquivo relativos às ordens religiosas, em especial as cristãs, tendo em vista a sua extrema importância e relevância na constiuição da sociedade brasileira.

Tendo em vista que investigou-se somente até o ano de 1889, além da continuidade da pesquisa em anos posteriores, propõe-se a realização de um estudo de caso sobre os livros de

registros contábeis das paróquias subordinadas à Arquidiocese de Cuiabá, possibilitando a análise da especificidade dos livros de cada uma. Também será um estudo interessante para complementar trabalhos futuros se considerar os registros contabilísticos como um dos vários elementos de gestão e controle dos recursos financeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adde, T., Iudícibus, S., Ricardino Filho, Á., & Martins, E. (2014). “A Comissão das Partidas Dobradas de 1914 e a Contabilidade Pública Brasileira”. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 25(spe), pp. 321-333. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201412030>
- Aloe, A. & Valle, F. (1980). *Elementos Básicos da Contabilidade*. Atlas. São Paulo
- Araújo, D. M. C. (2010). *A Contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos Séculos XVIII e XIX*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Portugal.
- Barros, J. D. (2011). Teoria da história: Volume I. *Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2011
- Besen, J. A. (2012). *História da Igreja no Brasil: o evangelho acolhido pelos pobres*. Editora Mundo e Missão. São Paulo-SP
- Boris, F. (1996). *História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. EDUSP Recuperado de [http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%3ria/12.Hist%3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%4nia\).pdf](http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%3ria/12.Hist%3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%4nia).pdf) . Acessado em: 10/04/2019.
- Boyns, T. & Edwards, J. R. (1996). “The development of accounting in mid-nineteenth century Britain: a non-disciplinary view”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 9 N.º 3, pp. 40-60
- Burke, P. (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. UNESP. São Paulo
- Carmona, S. , Ezzamel, M., & Gutiérz, F. (2004). Accounting History Research. Traditional and New Accounting History Perspectives. *De Computis – Revista Española de Historia de la Contabilidad* I (1), pp.24-53. Doi:<http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.239>. Consultado em 17/11/2018.
- Carmona, S., & Ezzamel, M. (2006). Accounting and religion: a historical perspective. *Accounting History*, Vol. 11, N.º 7, pp.117-127.
- Carnegie, G. & Napier, C. (1996). Critical and Interpretive Histories: Insights into Accountings Present and Future through its Past. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 9 (3), pp. 7-39
- Carnegie, G.D.& Potter, B.N. (2000). History of Accounting in Australia: A Research of Published Works, 1975-99. *Australian Economic History Review*, 40 (3), p. 287-313
- Carnegie, G. D. & Napier, C. J. (2002). Exploring comparative international accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15 (5), pp. 689-718.

- Carnegie, G. D. & Rodrigues, L. L. (2007). Exploring the dimensions of the international accounting history community. *Accounting History*, 12 (4), pp. 441-464.
- Carnegie, G. & Napier, C. (2012). Accounting's past, present and future: the unifying power of history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25 (2), pp. 328- 369.
- Carnegie, G. (2014). The present and future of accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 27, n. 8, pp. 1241-1249
- Corbalan, K. R. L. (2006). *A Igreja Católica na Cuiabá Colonial: da primeira Capela à chegada do primeiro Bispo (1722 - 1808)*(Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá, MT, Brasil.
- Cortesão, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministerio das
- Costa, A. M.; Barros, D. F.; Martins, Paulo Emílio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul/set. 2010. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Consultado em 10/09/2019.
- Cruz, F. S. (2012). *Arquidiocese de Cuiabá: História e Vida (1910 – 2010)*. Carlini & Caniato. Cuiabá-MT.
- Esteve, E. H. História da Contabilidade: Passado Rumo ao Futuro. *Revista de Contabilidade e Comércio*, Figueira da Foz, Portugal, v. 55, n. 216, out. 1997. Recuperado de: <http://www.apotec.pt/fotos/editor2/HISTORIA DA CONTABILIDADE.pdf>. Consultado em 15/09/2019.
- Estevens, M. Das origens do comércio em Portugal à obrigatoriedade de utilização do método das partidas dobradas. Congresso de Contabilidade e Auditoria, 8, Aveiro, 2000. Anais... Aveiro, Portugal, 2000.
- Faria, A. (2006). Relevância, Conteúdo e Metodologia da Investigação Histórica em Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LX (237), pp. 185-224
- Faria, A. (2008). An analysis of Accounting History Research in Portugal: 1990-2004. *Accounting History*, Vol. 13, Nº. 3, pp.353-382
- Fleischman, R. K. e Tyson, T. N. (2003). Archival Research Methodology, in R. K. Fleischman, V. S. Radcliffe e P. A. Shoemaker (Ed). *Doing Accounting History*, Vol. 6: Contributions to the Development of Accounting Thought (Studies in the Development of Accounting Thought, 6), (pp. 31-47). Oxford, Elsevier Science, Ltda.
- Fleischman, RK e Radcliffe, VS (2005), "The Roaring Nineties: História Contábil vem de idade", *Accounting Historians Journal*, Vol.32, No.1, pp.61-100.
- Fourez, G. & Rouanet, T. D.(1995) *A construção das ciências à filosofia e a ética da ciência*. Editora Universidade. São Paulo

- Franco, H.(2006) *A Contabilidade Geral*. Atlas. São Paulo.
- Funnell, W. (1996), “Preserving history in accounting: seeking common ground between ‘new’ and ‘old’ accounting history”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 9 No. 4, pp. 38-64
- Garry D. C, Christopher J. Napier, (2002). "Exploring comparative international accounting history", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 15 Issue: 5, pp.689-718. Recuperado de [https:// doi.org/10.1108/09513570210448966](https://doi.org/10.1108/09513570210448966) Consultado em 23/05/2018.
- Gil, A., C. (2016). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas. São Paulo
- Gomes, D. (2008). The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. *Accounting History*, [S.L], v. 13, n. 4, pp. 479-509. Recuperado de <[http://journals.sagepub.com/doi/ abs/10.1177/1032373208095480](http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1032373208095480)>. Consultado em: 30/11/2017
- Gomes, D.; & Rodrigues, L.L.(2009) Investigação em história da Contabilidade. In: MAJOR, M.J.; VIEIRA, R. (eds.) *Contabilidade e Controlo de Gestão Teoria, Metodologia e Prática* (211-239). Escolar Editora
- Gomes, D., Carnegie, G., Napier, C., Parker, L. & West, B. (2011). Does accounting history matter? *Accounting History*, Vol. 16 (4), pp. 389–402.
- Gomes, D. (1999ª). Um livro português do século XVIII. *Revista de Contabilidade e Comércio*, v. LVI, n. 223, p. 547-555
- Gonçalves, M. (2010). Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula do Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional. *Jornal de Contabilidade*, n. 399, p. 164-167.
- Holanda, S. B. (1985) *História Geral da Civilização Brasileira : TOMO II(4ºV: Declínio e Queda do Império)*. DIFEL. São Paulo-SP
- Irvin, D. T., Sunquist, S. W. (2004). *História do Movimento Cristão Mundial: do cristianismo primitivo a 1493*. Paulus. São Paulo
- Irvin, D. T., Sunquist, S. W.(2015). *História do Movimento Cristão Mundial: o cristianismo moderno de 1493 a 1800*. Paulus. São Paulo
- Irvine, H. (2005). Balancing money and mission in a local church budget. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 18, N.º 2, pp.211-237
- Iudícibus, S. (1987). *Teoria da Contabilidade*. (2ed).Atlas. São Paulo.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005, Ago). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, n.º 38, pp. 7 – 19. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/262704558_Contabilidade_aspectos_relevantes

- _da_epopeia_de_sua_evolucao. Doi:10.1590/S1519-70772005000200002 . Consultado em 13/03/2018.
- Lima, A. N. (2010). *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Master's Dissertation, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo
- Lopes, A.B., Martins, E. (2013). *Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem*. Atlas. São Paulo
- Lobo, R. H. (1975). *História Universal. Edições Melhoramentos*. São Paulo.
- Lira, M. (2011). A Importância da Aula do Comércio na História da Contabilidade Portuguesa. *Revista Universo Contábil*, 7(2), 97-113. Recuperado de doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20117>. Consultado em 30/08/2019.
- Littleton, A. C & Yamey, B. S. (1956). *Estudos em História da Contabilidade*, Sweet & Maxwell, Londres. Reimpresso (1976), Arno Press, Nova York, NY
- Maia, A. M. R., Costa, E. Padilha, M. I. & Borensteinet, M. S. Pesquisa Histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais. *História de Enfermagem: Revista Eletrônica - HERE*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 137-149, 2011.
- Malerba, J. (1999). *O Brasil Imperial (1808 – 1889). Panorama da história do Brasil no século XIX*. Eduem. Maringá. Recuperado de <<http://old.periodicos.uem.br/~eduem/novapagina/?q=node/328>> em 09 de junho de 2019.
- Marconi, M. D., & Lakatos, E., M. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas. São Paulo.
- Martín, F. L. Q. (2006, junio) Historia de la Contabilidad: Una revisión de las Perspectivas Tradicionales y Críticas de Historiografía Contable. *Revista Facultad de Ciencias Económicas - Investigación y Reflexión*, Colômbia, v. 14, n.1, pp. 187-202. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articuloa?id=90900110>. Consultado em 30/07/2019.
- Miller, P., Hopper, T. & Laughlin, R. (1991), “The new accounting history: An introduction”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 16 No. 5-6, pp. 395-403.
- Napier, C. (2006a). Accounts of change: 30 years of historical accounting research", *Accounting, Organizations and Society*, Vol.31, No.4-5, pp.445-507
- Neves, G. P. (1997). *E receberá mercê: a mesa de consciência e ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Peraro, M. A. (2009). *Igreja Católica e os Cem Anos da Arquidioceses de Cuiabá (1910 – 2010)*. Cuiabá. Impacto.

- Pereira, M. J. (2006). O ensino comercial público do Porto oitocentista. *Revista de Contabilidade e Comércio*, v. LX, n. 237, pp. 95-146.
- Potter, B. (2005). Accounting as a social and institutional practice: perspectives to enrich our understanding of accounting change. *Abacus*, Vol. 41, N.º 3, pp. 265-289.
- Póvoas, L. C. (1995). *História Geral de Mato Grosso: da Proclamação da República aos dias atuais*, Volume I. DIFEL
- Previts, G., Parker, L. & Coffman, E. (1990a). Accounting History: Definition and Relevance. *Abacus*, Vol. 26 (1), pp. 1-16.
- Previts, G., Parker, L. & Coffman, E. (1990b). An Accounting Historiography: Subject Matter and Methodology. *Abacus*, Vol. 26 (2), pp. 136-58.
- Quattrone, P. (2006). *Corrigendum to “ Accounting for God: Accounting and accountability practices in the Society of Jesus(Italy, XVI-XVII centuris)”*. *Accounting, Organizations and Society*. 31(1). 105-105.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368206000249?via%3Dihub>
- Richardson, R. J. (2015). *Pesquisa Social Métodos e Técnicas*. Atlas.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. & Craig, R. (2003). *Corporativism, Liberalism and the Accounting Profession in Portugal since 1755*. *The Accounting Historians Journal*. 30 (1). pp 95-128.
https://www.researchgate.net/publication/288273802_Corporatism_liberalism_and_the_accounting_profession_in_Portugal_since_1755
- Rodrigues, L.; Craig, R.; & Gomes, D. (2010). *A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I)*. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*. n. 119, p. 39-44, fev. 2010. https://www.occ.pt/downloads/files/1263824204_39a48.pdf
- Rosa, C. A., & Jesus, N. M. (2003). *A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*. Adriana.
- Sá, A. L., & Sá, A. M. (1993). *Dicionário da Contabilidade*. Atlas.
- Sá, A. L. (1994). *Teoria da Contabilidade Superior*. (1a.ed./1927) (Rev). UNA.
- Sá, A. L. (1997). *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. (1a. ed.). Atlas.
- Sá, A. L. (1999). *Teoria da Contabilidade*. Atlas.
- Sá, A. L (2004). *Luca Pacioli: Um Mestre do Renascimento*. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade.
- Sá, A. L (2006). *A Evolução da Contabilidade*. Thombsom.
- Sá, A. L (2008). *História Geral da Contabilidade no Brasil*. (1a. ed.). Conselho Federal de Contabilidade.

- Sá, A. L. (2009). *Fundamentos da Contabilidade Geral*. Juruá. Salgado G. De Azevedo C. L., Pêcego E., Vianna P. F., Hippolito R. & Barreto M. Z. (1985). *Fiscais e meirinhos : a administração no Brasil colonial / coordenação de Graça Salgado – Rio de Janeiro-RJ*. Nova Fronteira. Recuperado de <http://mapa.an.gov.br/index.php/projetos?id=462:fiscais-e-meirinhos&catid=77>. Consultado em 20/07/2019.
- Santos, J.,L., Schmidt, P., & Machado, N.,P.(2005). *Fundamentos da Teoria da Contabilidade*. Atlas.
- Santirocchi, I. D. (2010). *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. (Tese de doutorado). UNIGRE.
- Schmidt, P. (2000). *História do Pensamento Contábil*. Bookman.
- Schmidt, P., & Gass, J. M. (2018). Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. *Revista Ciência & Trópico*, Vol.42, n.2, 71-98. <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/69/6924005/6924005.pdf>.
- Severino, A. J.(2016). *Metodologia do Trabalho Científico*. Cortez.
- Silva, F. A. (2005). *A contabilidade brasileira no século XIX- leis, ensino e literatura*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, S. M., & Assis, A. F. (2015). A história da contabilidade no Brasil. *Negócios em Projeção*.6(2).35-44. <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/579>
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (3ed).<https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/712/1/Methodologia%20de%20Pesquisa.pdf>.
- Stone, L. (1991). History and post-modernism. *Past and Present*. Vol. 133, 1ed.pp. 217-218. <https://academic.oup.com/past/article-abstract/133/1/204/1545466?redirectedFrom=PDF>
- Trindade, R. (1928). *Arquidiocese de Mariana – subsídios para sua história*, Vol. I. Escolas Profissionais Salesianas do Liceu Coração de Jesus.
- Valle, F. & Aloe, A. (1966). *Frà Luca Pacioli e seu tratado de escrituração de contas*. Atlas:
- Vieira, D. R. (2016). *História do Catolicismo do Brasil (1500-1889)*: Vol I. Editora Santuário.
- Zaid, O. A. (2000a). “*Were Islamic Records Precursors to Accounting Books Based on the Italian Method?*”. *Accounting Historians Journal*. 27(1), 73–90. <http://www.jstor.org/stable/40698486>
- Walker, S. P. (2006). *Current trends in accounting history*. *The Irish Accounting Review*, 13(2), pp. 107–121. <http://orca.cf.ac.uk/39241/>

Walker, S. P. (2008). *Innovation, convergence and argument without end in accounting history*. Accounting, Auditing & Accountability Journal. 21(2). 296-322. <https://doi.org/10.1108/09513570810854446>

Wilfrid, J. & Harrington, O. P. (1985). *Chave para a Bíblia: a revelação: a promessa: a realização*. Paulinas. São Paulo